

NOTA TÉCNICA

SOBRE A RECENTE QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

Brasília, 30 de Agosto de 2006

1 SUMÁRIO EXECUTIVO

De 2001 a 2004, a desigualdade de renda familiar *per capita* caiu de forma contínua e substancial, alcançando seu menor nível nos últimos 30 anos.¹ Além de ser um resultado importante por si só, essa desconcentração levou a uma expressiva redução da pobreza e da extrema pobreza. A análise feita neste documento mostra que a queda recente da desigualdade teve diferentes fatores determinantes, o que favorece sua sustentabilidade. A continuidade da queda é questão fundamental, pois apesar dos avanços no período analisado, o Brasil ainda se encontra entre os países mais desiguais do mundo.

Para melhor avaliar e compreender esse processo, o Ipea convidou um grupo composto por alguns dos maiores especialistas brasileiros na matéria,² aos quais solicitou também propostas de caminhos que permitam continuar e reforçar essa queda. A partir das contribuições levadas a um primeiro encontro, uma equipe de pesquisadores do Ipea³ elaborou um texto preliminar, submetido a um Comitê Internacional de Alto Nível, coordenado por Manuela Carneiro da Cunha, professora de antropologia na Universidade de Chicago, e que contou com a participação efetiva das seguintes personalidades: Alvaro Comin, presidente do Cebrap, François Bourguignon, vice-presidente e economista-chefe do Banco Mundial, Glauco Arbix, sociólogo, professor da Universidade São Paulo (USP), James Heckman, professor da Universidade de Chicago e Prêmio Nobel de Economia, José Alexandre Scheinkman, professor de economia da Universidade de Princeton, José Luis Machinea, secretário-executivo da Cepal, Luiz Henrique Proença Soares, presidente do Ipea, Nanak Kakwani, economista-chefe do Centro Internacional de Estudos da Pobreza do Pnud, Nora Lustig, diretora do Grupo de Pobreza do Pnud/Nova Iorque, e Rodolfo Hoffmann, professor de economia na Universidade de Campinas. Reunidos no Rio de Janeiro nos dias 12 e 13 de julho, ou tendo enviado suas contribuições para essa ocasião, possibilitaram a preparação deste novo texto, consolidado por Ricardo Paes de Barros e Mirela de Carvalho.

Este relatório busca documentar a recente queda acentuada na desigualdade de renda, avaliar sua magnitude e importância, identificar seus principais determinantes e, por fim, delinear propostas de políticas públicas para que seja prolongada ou mesmo aprofundada nos anos subsequentes.

1.1 A IMPORTÂNCIA DA QUEDA NA DESIGUALDADE

Medido pelo coeficiente de Gini, que é a medida de desigualdade de renda mais comumente utilizada, o grau de concentração de renda no país caiu 4% entre 2001 e 2004, passando de 0,593 para 0,569. Embora à primeira vista essa taxa possa parecer modesta, em se tratando de uma medida de desigualdade representa uma queda substancial: dentre os 75 países para os

1. Este e os demais resultados deste relatório foram obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para maiores detalhes, ver as subseções 1.3 e 4.3.

2. Tomaram parte das discussões Ana Flávia Machado (Cedeplar/UFMG), André Urani (Iets), Angela Jorge (IBGE), Carlos Roberto Azzoni (FEA/USP), Francisco Ferreira (Banco Mundial), João Sabóia (UFRJ), José Márcio Camargo (PUC/RJ), Marcelo Néri (FGV/RJ), Maria Carolina Leme (FGV/SP), Naércio Menezes Filho (Ibmec), Samir Cury (FGV/SP), Samuel Pessoa (EPGE-FGV), Sonia Rocha (Iets), Tatiane de Menezes (UFPe), além de diversos técnicos do Ipea.

3. Marcelo Medeiros, Mirela de Carvalho, Ricardo Paes de Barros e Sergei Soares.

quais há informações relativas à evolução da desigualdade de renda ao longo da década de 1990, menos de ¼ apresentaram taxas de redução da desigualdade superiores à brasileira.

Uma queda dessa magnitude na concentração de renda tem, potencialmente, elevados impactos sobre a redução da pobreza e da extrema pobreza. Isso porque uma queda na desigualdade de renda só ocorre quando a renda média dos mais pobres cresce mais rapidamente que a renda média nacional. De fato, ao longo do período estudado, a renda média dos 10% mais pobres cresceu a uma taxa anual média de 7%, enquanto a renda média nacional declinou 1% ao ano (a.a). Tomando o período como um todo, o crescimento da renda média dos 20% mais pobres foi cerca de 20 pontos percentuais (p.p.) acima do observado entre os 20% mais ricos. Portanto, a percepção dos mais pobres no Brasil foi de estarem vivendo em um país com uma alta taxa de crescimento econômico, enquanto os 20% mais ricos tiveram a percepção de estarem vivendo em um país estagnado.

Diante dessa acentuada redução na desigualdade, não é surpreendente que tanto a pobreza quanto a extrema pobreza tenham também declinado. Como a renda *per capita* da população total não cresceu no período, toda a queda da pobreza verificada pode ser integralmente atribuída à redução na desigualdade. De fato, apenas a queda de 4% da desigualdade de renda ocorrida entre 2001-2004 levou, por si só, a uma redução de 3,2 p.p. na proporção de pessoas extremamente pobres, o que equivale a retirar mais de 5 milhões de brasileiros dessa condição. Para obter o mesmo resultado sem nenhuma redistribuição, seria necessário um crescimento de 6% a.a.

1.2 A QUEDA É UMA ILUSÃO METODOLÓGICA OU ESTATÍSTICA?

Embora todos os resultados apontem para uma elevada e importante queda na desigualdade de renda, ainda assim seria possível questionar se não dependem da metodologia utilizada para medir a desigualdade ou se são uma consequência de simples ilusão estatística. A resposta para as duas questões é um inequívoco não. Em primeiro lugar porque, qualquer que seja a medida adotada, a queda da desigualdade é substancial e, em alguns casos, bem superior àquela observada utilizando o coeficiente de Gini. Em segundo lugar, a queda na desigualdade definitivamente não é uma ilusão estatística, fruto de flutuações naturais em uma pesquisa domiciliar com as características da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Os testes estatísticos realizados permitem afirmar que a queda observada de fato aconteceu, com uma confiabilidade de 99%.⁴ Em suma, não é possível atribuir a queda observada na desigualdade de renda à escolha da metodologia para medi-la, tampouco a flutuações estatísticas decorrentes da natureza amostral da base de dados utilizada.

1.3 ALGUMAS DEFINIÇÕES E ESCLARECIMENTOS

Antes de passarmos ao sumário dos determinantes da queda recente da desigualdade, é necessário pontuar algumas questões fundamentais que a antecedem. Em primeiro lugar, cabe ressaltar aqui a diferença existente entre os determinantes do *nível* da desigualdade e da *queda* recente da desigualdade. Este documento se concentra na identificação dos determinantes da *variação* na desigualdade ao longo dos anos e não de sua *magnitude* em um dado ano.

4. Importante ressaltar que, em função do caráter amostral da Pnad, nunca seria possível atingir 100% de segurança e, portanto, essa margem é extremamente favorável.

Em segundo lugar, vale ressaltar que, das diversas formas de desigualdade existentes, este relatório se ocupa apenas da análise da *desigualdade de resultados* e, mais especificamente, de um único resultado particular: a renda. A desigualdade de renda foi escolhida como variável de análise devido a dois atributos básicos: por ser o resultado que pode ser mais precisa e facilmente mensurado; e também porque é um dos principais determinantes dos demais resultados.⁵ Ainda resta, entretanto, estabelecer que desigualdade de renda se deseja analisar. Neste estudo, optamos por nos concentrar na análise da distribuição de pessoas segundo a *renda familiar per capita*. A razão para tal decorre do fato de o bem-estar de um indivíduo depender não apenas de seus próprios recursos, mas também (e talvez em grande medida) dos recursos da família a que ele pertence.

Por fim, uma palavra em relação à natureza e confiabilidade das informações utilizadas neste estudo. Os dados provêm da Pnad, que é coletada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e constitui a principal fonte de informação sobre concentração de renda no país. A Pnad é reconhecida internacionalmente como uma fonte de informações sobre desigualdade de excelente qualidade.⁶ Há, entretanto, poucas dúvidas de que as estimativas de renda baseadas em pesquisas domiciliares como a Pnad tendem a subestimar a renda total.⁷ Ainda assim, como a proporção da renda subdeclarada é relativamente pequena e variou pouco ao longo do período analisado, tudo leva a crer que seu impacto sobre a variação no grau de desigualdade deva ter sido limitado, mesmo que o impacto sobre o nível possa ser significativo.

1.4 OS DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA

São cinco os determinantes imediatos da renda familiar *per capita* e sobre os quais a análise está concentrada: *a*) características demográficas das famílias; *b*) transferências de renda; *c*) remuneração de ativos; *d*) acesso a trabalho, desemprego e participação no mercado de trabalho; e *e*) distribuição dos rendimentos do trabalho. Este último aspecto envolve inúmeros fatores, dentre os quais destacamos o papel da escolaridade, da experiência dos trabalhadores, da discriminação por raça e gênero e das diferentes formas de segmentação do mercado de trabalho.

Começando pelas *características demográficas das famílias*, um primeiro aspecto a ser notado é o fato de que a proporção de adultos vem aumentando no país nos últimos 20 anos, mas não de maneira uniforme. Como consequência, houve uma redução na desigualdade demográfica entre as famílias. Contudo, a queda na desigualdade demográfica não veio tanto da aproximação do padrão demográfico de famílias pobres e ricas, mas de uma homogeneização dentro dos mesmos grupos de renda. Como consequência, esse fator deu uma contribuição limitada para a redistribuição da renda familiar *per capita*: caso a

5. Não por acaso, a desigualdade e a insuficiência de renda têm recebido atenção especial em todas as sociedades contemporâneas e figuram entre os objetivos definidos nas Metas do Milênio.

6. Tanto o Banco Mundial quanto as Nações Unidas classificam as informações da Pnad como de excelente qualidade, mesmo quando comparadas a bases de dados similares em países desenvolvidos. Veja Deininger e Squire (1996) e WIID(2005).

7. Esse fato decorre da dificuldade de captar adequadamente algumas fontes de renda, tais como: renda não-monetária dos pequenos agricultores, rendimento de ativos e as rendas voláteis (ganhos com loteria, seguro-desemprego, entre outras).

proporção de adultos de cada família não mudasse entre 2001 e 2004, a queda na desigualdade de renda teria sido apenas 2% inferior à verificada.⁸

Passando para as *transferências de renda*, a sua efetividade na redução da desigualdade de renda depende dos valores dos benefícios pagos e também dos graus de cobertura e atendimento da população carente. A partir das informações disponíveis na Pnad, é possível distinguir três tipos de transferências públicas: *a*) as pensões e aposentadorias públicas; *b*) o Benefício de Prestação Continuada (BPC); e *c*) os benefícios do Bolsa Família e outros programas similares, tais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Bolsa Escola. Em conjunto, as transferências governamentais contribuíram com cerca de 1/3 da redução na concentração de renda, o que aponta para uma elevada importância desse fator. Analisando as contribuições de cada um dos três componentes, é possível verificar que elas foram razoavelmente similares, em torno de 10% cada. Porém, o custo dessas políticas é sensivelmente diferente: o custo da expansão das aposentadorias e pensões no período foi de quatro a cinco vezes superior ao da expansão do Bolsa Família e do BPC. Daí decorre que o Bolsa Família e o BPC apresentam-se com muito mais custos-efetivos no combate à desigualdade que as aposentadorias e pensões.

A contribuição relativa desses diferentes componentes é bastante sensível à medida de desigualdade utilizada. Quanto mais sensível à renda dos mais pobres é a medida, mais importante é a contribuição do Bolsa Família e do BPC, sendo o efeito do primeiro substancialmente mais forte.

Além disso, o Bolsa Família e o BPC basearam sua expansão em aumento de cobertura, ao invés de aumento no valor do benefício entre os que já recebiam. No caso das pensões e aposentadorias públicas ocorreu o contrário, pois apenas uma fração irrisória de sua contribuição para a queda da desigualdade veio da expansão da cobertura.

O aumento na cobertura veio acompanhado de maior inclusão da população mais carente. Caso esta inclusão não houvesse ocorrido, o grau de desigualdade teria declinado 15% menos do que o efetivamente observado.

No que tange à *remuneração de ativos*, embora seja incontestável que esses rendimentos encontram-se subestimados pela Pnad, não há nenhuma evidência de que eles tenham interferido na queda recente da desigualdade de renda brasileira.

Passando para a análise do mercado de trabalho, o *acesso a postos de trabalho*, o *desemprego* e a *participação* são três dos fatores-chave. No acumulado do período, esses indicadores evoluíram favoravelmente, mas seu impacto para redução da desigualdade, embora positivo, foi muito pequeno: em conjunto, explicam apenas 3%. Essa contribuição foi limitada porque muitos dos postos de trabalho gerados foram ocupados por trabalhadores em famílias onde já havia pessoas ocupadas. Para que o impacto da maior absorção de mão-de-obra sobre a desigualdade fosse o maior possível, teria sido necessário que o aumento do emprego tivesse ocorrido em famílias com poucos adultos ocupados.

Ainda no mercado de trabalho, uma segunda questão fundamental é a *distribuição dos rendimentos do trabalho*. Desde 1995, a desigualdade de renda do trabalho já vinha declinando de forma sistemática. Porém, o período mais recente se caracterizou por uma aceleração desse processo e, assim, a queda na desigualdade de rendimentos do trabalho explica metade da queda na desigualdade de renda familiar observada de 2001 a 2004.

8. Cumpre ressaltar que as transformações demográficas constituem movimentos de longo prazo e, portanto, é de se esperar um impacto limitado sobre a queda na desigualdade, dado o curto período de tempo analisado.

A desigualdade de rendimentos do trabalho e seus efeitos sobre a concentração de renda familiar *per capita* podem ser divididos em dois grupos distintos: a desigualdade que é revelada pelo mercado de trabalho e aquela que é gerada por ele. Dentro do primeiro grupo, dois fatores fundamentais são a *desigualdade educacional* existente entre os trabalhadores e a magnitude das *diferenças de remuneração* entre trabalhadores com distintos níveis de escolaridade. Ao longo do período 2001-2004, ambos os fatores declinaram, explicando, em conjunto, cerca de 1/3 da queda da desigualdade de rendimentos do trabalho e 15% da queda da desigualdade de renda familiar *per capita*.

No que se refere à *desigualdade educacional*, entre 2001 e 2004, a força de trabalho tornou-se ligeiramente mais homogênea, o que explicou cerca de 10% da queda da desigualdade de renda do trabalho e 5% da queda da desigualdade de renda familiar *per capita*.⁹ Ao contrário da desigualdade educacional, os *diferenciais de remuneração* por nível educacional já vinham declinando continuamente desde 1995, mas a partir de 2001 parece ter ocorrido uma aceleração dessa queda. De fato, no período 2001-2004, as diferenças de remuneração por nível educacional caíram consideravelmente, contribuindo com cerca de 20% da queda da desigualdade de rendimentos do trabalho e com 10% da queda da desigualdade de renda familiar *per capita*. Portanto, esse fator foi duas vezes mais importante do que a queda na desigualdade educacional.

Um segundo aspecto importante relativo à desigualdade de renda que é revelada pelo mercado de trabalho são as *diferenças na experiência* dos trabalhadores. A heterogeneidade etária e de experiência na força de trabalho está diminuindo, o que contribui para a queda das desigualdades de rendimentos laborais e de renda familiar *per capita*. Contudo, como essas disparidades estão se reduzindo de forma muito lenta, sua contribuição para a queda da desigualdade tem sido limitada. Em direção contrária, os diferenciais salariais por idade ou por experiência no mercado de trabalho têm crescido lenta e sistematicamente ao longo da última década. Portanto, as duas forças estão atuando em sentidos opostos, sendo que o resultado líquido é positivo, ainda que muito pequeno.

Quanto à desigualdade gerada pelo mercado de trabalho, um primeiro aspecto fundamental é a existência de *discriminação salarial por raça e gênero*.¹⁰ Assim como acontece em quase todos os países, a remuneração das mulheres brasileiras é muito inferior à dos homens. Esse diferencial se manteve relativamente estável e com uma leve tendência de alta no período 2001-2004 e, portanto, não contribuiu para a queda da desigualdade de renda. Os *diferenciais por raça* também são altos no Brasil (ainda que bem inferiores aos por gênero) e, embora venham declinando ao longo da última década, sua importância quantitativa para explicar a queda recente da desigualdade de renda é próxima de zero.

Além da discriminação por raça e gênero, o mercado de trabalho também pode ser um gerador de desigualdades se ele estiver segmentado. No que tange à *segmentação espacial*, eventuais reduções nos elevados diferenciais de remuneração entre unidades da federação (UFs)¹¹ poderiam constituir uma potencial fonte de explicação para a queda da desigualdade de renda. Entretanto, ao longo da última década, os mercados de trabalho das diversas UFs

9. A homogeneização da escolaridade da força de trabalho é um fenômeno recente. De fato, até 2001, a desigualdade educacional entre trabalhadores vinha aumentando.

10. Em 2004, homens com as mesmas características observáveis que as mulheres recebiam salários 70% mais altos. Já os brancos com características observáveis idênticas às dos negros tinham uma remuneração 30% mais elevada.

11. Apenas para citar um exemplo, em 2004, a remuneração dos paulistas era 60% maior que a dos pernambucanos com idênticas características produtivas e a mesma inserção no mercado de trabalho.

não se tornaram mais integrados e, portanto, esse aspecto não contribuiu para a redução no grau de desigualdade de renda.

Mesmo dentro de uma mesma UF, existem diferenças significativas entre trabalhadores localizados em diferentes mercados (tipicamente, a remuneração é maior nas capitais e menor nos municípios de pequeno porte no interior dos estados).¹² As disparidades entre capital e municípios médios e também entre municípios médios e pequenos declinaram acentuadamente entre 2001 e 2004, e essa maior integração entre os mercados de trabalho dos municípios de diferentes portes contribuiu significativamente para a redução na desigualdade de renda. Caso não tivesse ocorrido, a queda da desigualdade de rendimentos do trabalho teria sido 20% inferior e a queda da desigualdade de renda familiar per capita, 10% menor que a verificada.¹³

Contudo, as discrepâncias entre distintos tipos de municípios não esgotam as desigualdades espaciais, pois dentro de um dado município persistem disparidades de remuneração entre trabalhadores com idênticas características produtivas localizados em áreas urbanas ou rurais.¹⁴ Ao longo da última década, mas principalmente desde 2001, o grau de integração entre os mercados de trabalho urbano e rural se elevou significativamente, reduzindo o diferencial de remuneração entre as duas áreas. Essa maior integração contribuiu para a redução tanto na desigualdade de rendimento do trabalho como na desigualdade de renda familiar *per capita*, ainda que de forma limitada. Se esse processo de integração não tivesse ocorrido, a queda da desigualdade de renda familiar *per capita* teria sido 5% menor.

Por fim, a *segmentação formal-informal* é uma das formas de distinção mais visíveis no mercado de trabalho brasileiro.¹⁵ Apesar do declínio do grau de informalidade do mercado de trabalho, o diferencial de rendimentos entre trabalhadores formais e informais aumentou significativamente. Esses dois fatores têm atuado em direções opostas: a queda no grau de informalidade tem contribuído para reduzir a desigualdade de rendimentos do trabalho, enquanto o aumento no diferencial de salários formal-informal tem levado a uma elevação da mesma. O efeito líquido dessas duas forças tem sido desfavorável: caso o grau de segmentação entre os setores formal e informal não tivesse aumentado, a queda na desigualdade de renda entre famílias teria sido 5% maior do que efetivamente ocorreu.

1.5 A NECESSIDADE DE CONTINUAÇÃO DA QUEDA

Apesar da queda recente, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente elevada: a renda apropriada pelo 1% mais rico da população é igual à renda apropriada pelos 50% mais pobres. Além disso, o país continua ocupando uma posição de negativo destaque no plano internacional, sendo que 95% dos países para os quais se tem dados apresentam concentrações menores que a do Brasil. Mesmo mantendo o acelerado passo com que a desigualdade foi reduzida no período analisado, seriam necessários 20 anos para

12. De fato, em 2004, a remuneração de trabalhadores nas regiões metropolitanas era quase 20% superior à de trabalhadores com características e ocupações similares nos pequenos municípios do interior.

13. Importante ressaltar que esse não é um fenômeno recente, embora o diferencial das cidades de grande e médio porte em relação às cidades pequenas tenha declinado mais rapidamente nos últimos três anos.

14. Em 2004, trabalhadores urbanos recebiam uma remuneração quase 10% acima dos trabalhadores rurais com idênticas características observáveis em postos de trabalho similares e com as mesmas características produtivas.

15. Tipicamente, trabalhadores informais recebem remunerações 30% a 40% inferiores às de trabalhadores formais.

que o país passasse a apresentar uma distribuição compatível com os países que têm nível de desenvolvimento comparável ao brasileiro.

Embora ainda não haja dados de representatividade nacional para os anos de 2005 e 2006, as evidências obtidas utilizando dados apenas das seis maiores regiões metropolitanas indicam que a queda da desigualdade verificada no período 2001-2004 deve ter se estendido para além desse triênio, embora a velocidade da queda possa ter diminuído.

1.6 RUMOS PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA MAIS EFETIVA NO COMBATE À DESIGUALDADE

Os resultados apresentados neste relatório são contundentes: a desigualdade de renda no Brasil caiu acentuada e continuamente no período 2001-2004, levando a quedas expressivas também da pobreza e da extrema pobreza. Essa desconcentração não resultou de um único fator determinante, mas de vários, sendo alguns deles especialmente importantes: o desenvolvimento de uma rede de proteção social mais efetiva; uma maior integração dos mercados de trabalho locais; e a redução nas desigualdades de rendimentos do trabalho, causada por reduções tanto na desigualdade educacional quanto nas diferenças de rendimentos entre os níveis educacionais.

Porém, embora significativa e importante, a queda observada na desigualdade de renda não foi suficiente para colocar o Brasil em uma posição equiparável à dos demais países com nível de desenvolvimento semelhante, sendo necessários muitos anos de queda sustentada para que tal aconteça. Portanto, uma pergunta que resulta naturalmente dessa análise é: que políticas podem ser formuladas de forma a influenciar esse processo de redução na desigualdade e garantir sua continuidade no futuro de forma sustentada?

Recomendações de políticas específicas exigem evidências e resultados mais detalhados e profundos do que os apresentados ao longo deste relatório. Não obstante, é possível delinear algumas estratégias acerca dos rumos a serem seguidos no desenho de políticas públicas adequadas para o objetivo de reduzir a desigualdade. Em particular, é possível identificar quatro aspectos que devem ser necessariamente contemplados por uma estratégia ampla de combate à desigualdade: *a) a equalização de oportunidades para a aquisição de capacidades; b) a equalização de oportunidades para o uso produtivo das capacidades adquiridas (que se faz sentir principalmente pelo acesso ao trabalho); c) redução da desigualdade de tratamento dos trabalhadores no mercado de trabalho; e d) tornar o sistema tributário e o gasto público mais eficientes e progressivos.*

Ampliar o acesso à educação tem dois grandes impactos sobre a desigualdade de renda. Por um lado, maiores oportunidades educacionais tendem a elevar a escolaridade média dos mais pobres, reduzindo com isso a desigualdade educacional da força de trabalho e, conseqüentemente, a desigualdade de rendimentos do trabalho. Por outro lado, com uma maior oferta de mão-de-obra qualificada, o prêmio por qualificação tende a diminuir, ajudando também a reduzir o diferencial de remuneração entre níveis de educação. Porém, é importante ressaltar que a expansão educacional somente será efetiva no combate à desigualdade de renda se for acompanhada de investimentos públicos na qualidade da educação oferecida. Caso contrário, a desigualdade de quantidade de estudo (anos de escolaridade) seria simplesmente substituída pela desigualdade de qualidade da educação.

Muitas vezes, a desigualdade de acesso ao trabalho tem um efeito negativo maior do que as próprias diferenças de remuneração entre os ocupados. Portanto, reduzir a

desigualdade de renda de forma sustentável requer uma expansão do acesso ao emprego. Além disso, a questão da qualidade é novamente fundamental. Se os postos de trabalho criados forem de má qualidade, a desigualdade de acesso ao trabalho será substituída pela desigualdade de qualidade do trabalho. Diversas políticas podem atuar na redução da heterogeneidade dos postos de trabalho, em particular políticas de desenvolvimento de micro e pequenos empreendimentos (tais como acesso a crédito, assistência técnica e desenvolvimento de arranjos produtivos locais).

Além disso, é imediato perceber também que, quanto mais progressivos forem o gasto público e o sistema tributário, menor tende a ser o grau de desigualdade de renda. Diante das características atuais do sistema tributário brasileiro, parece ser possível torná-lo simultaneamente mais eficiente e progressivo, o que permitiria atuar contra a desigualdade com maior sucesso sem elevar a carga. Quanto ao gasto público, é indispensável aumentar sua eficiência e eficácia, além de priorizar o atendimento aos mais pobres. Com isso, seria possível não só expandir a disponibilidade de serviços ou melhorar sua qualidade, como também elevar o impacto sobre o bem-estar da população atendida com o volume de recursos já disponível.

Por fim, cumpre ressaltar que, mesmo quando o poder público é bem-sucedido em garantir igualdade de oportunidades, o grau de desigualdade dos resultados gerados pode ser inaceitável para a sociedade. Assim, uma parte do gasto social deve ser voltada para afetar diretamente a desigualdade de resultados, por meio de uma rede de proteção social adequada. Apesar dos avanços realizados, a rede de proteção social brasileira precisa se tornar mais eficiente, eficaz e voltada para quem mais precisa. Além disso, deve trazer consigo uma porta de saída para evitar a dependência dos beneficiários. Uma forma de fazer isso é garantir a eles acesso prioritário a um amplo conjunto de programas que potencialize e estimule o seu engajamento produtivo no mercado de trabalho.

1.7 A ESTRUTURA DO RELATÓRIO

Este relatório é composto por cinco seções além deste sumário executivo. A seção 2 apresenta uma discussão acerca da escolha da renda como variável de interesse na análise da desigualdade e da medida de renda utilizada no relatório, além de suas respectivas vantagens e desvantagens. Na seção 3, documenta-se a queda recente da desigualdade e avaliam-se a magnitude e a importância do movimento para os mais pobres. A seção 4 busca avaliar a robustez dessas estimativas. Mais especificamente, investiga-se em que medida essa queda é sensível à medida de desigualdade e ao conceito de renda utilizado. Também se investiga se a queda é estatisticamente significativa e se a qualidade das informações utilizadas é adequada. A seção 5 constitui a principal parte do relatório em termos analíticos, pois é nela que são estudados os principais determinantes imediatos da queda recente da desigualdade. Por fim, a seção 6 apresenta os rumos que as políticas públicas no país devem seguir para que a queda recente da desigualdade seja sustentável.

2 DESIGUALDADE DE QUÊ?

O objetivo deste relatório é documentar a recente e significativa queda da desigualdade de renda no Brasil, avaliar algumas de suas causas e identificar possíveis alternativas de políticas públicas capazes de prolongar e mesmo aprofundar essa queda. Antes, porém, é necessário definir de que desigualdade se está tratando. Esse é o objetivo desta seção.

2.1 POR QUE DESIGUALDADE DE RENDA?

É possível buscar reduzir a desigualdade ao longo de várias dimensões. Pode-se buscar desde a igualdade de tratamento, de direitos ou liberdades até a redução na desigualdade de resultados, passando nesse caminho pela busca da igualdade de oportunidades e condições. O objetivo deste relatório é tratar da queda da desigualdade de resultados, mais especificamente de um resultado específico: a renda.

Qual a importância da desigualdade de resultados? Não seria mais importante tratarmos de desigualdades mais básicas como a de tratamento ou a de oportunidades? Sim e não. Sim, porque quanto mais básica a fonte de desigualdade, maior sua importância. Desigualdades de resultados que decorrem da desigualdade de tratamento, oportunidade ou condições são muito mais indesejáveis que aquelas que surgem quando existe perfeita igualdade de tratamento, oportunidades e condições. Não, porque boa parte da desigualdade de resultados é consequência de diferenças mais básicas. Um elevado grau de desigualdade de resultados é necessariamente o reflexo de disparidades de tratamento, oportunidades ou condições. Assim, ao analisarmos a desigualdade de resultados, estamos abordando todas as formas de desigualdade através de suas consequências. A queda sistemática da desigualdade de resultados em um país tão desigual quanto o Brasil indica que disparidades mais básicas (de tratamento, oportunidades e condições) devem ter declinado.

Dos diversos resultados, por que concentrar a atenção na desigualdade de renda? Seguramente existem resultados muito mais abrangentes e importantes como bem-estar, desenvolvimento humano ou mesmo felicidade. A atenção especial dada à desigualdade de renda em todas as sociedades modernas resulta da renda ser o resultado mais facilmente mensurável e um dos principais determinantes dos demais. Não é à toa que a meta número um do primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio trata precisamente da distribuição de renda: reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda per capita diária inferior a um dólar em paridade do poder de compra (PPC).

Em países com elevado grau de desigualdade, muitas vezes existe também grande interesse por outros resultados. Com que grau de desigualdade estão distribuídos a riqueza e o poder no país? Em boa medida, entretanto, o interesse por esses resultados é derivado do próprio interesse pela desigualdade de renda, uma vez que pertencem ao conjunto de seus determinantes. Se as distribuições de riqueza e de poder não tivessem impacto sobre a distribuição de renda, ainda assim despertariam tanto interesse?

2.2 QUE DESIGUALDADE DE RENDA?

Existem várias distribuições de renda. Por exemplo, a distribuição dos trabalhadores segundo a remuneração que recebem por seu trabalho e a distribuição das famílias segundo a renda familiar total. A cada uma dessas distribuições está associado um grau de desigualdade de renda.¹⁶

16. Vale também ressaltar que, neste relatório, tratamos da evolução da desigualdade de renda, sendo que a renda captada é a recebida nos anos investigados (2001 e 2004). Evidentemente, na medida em que existe mobilidade social, as pessoas ao longo de seu ciclo de vida, podem ascender ou descender socialmente. Desta forma, se adotássemos como conceito de renda, a média que uma pessoa recebe ao longo de todo o seu ciclo de vida, a desigualdade de renda seria menor do que a encontrada neste relatório. Caso essas flutuações na renda das pessoas ao longo do ciclo de vida não afetem o nível de bem-estar de cada uma, então seria preferível analisar a desigualdade de renda média ao longo do ciclo de vida, como sugere Heckman (2006). Como as informações disponíveis são transversais e não longitudinais, elas não permitem acompanhar famílias ao longo de seu ciclo de vida. Por este motivo, optamos pela renda medida em pontos do ciclo de vida das pessoas.

Neste relatório, centramos nossa atenção na distribuição das pessoas segundo a renda *per capita* da família a que pertencem. Usamos como unidade de análise as pessoas para ressaltar que são elas, em última instância, quem se desenvolve, tem bem-estar e felicidade. Optamos pela renda familiar *per capita*¹⁷ porque o bem-estar de uma pessoa depende não apenas dos seus recursos, mas, principalmente, dos recursos da família a que pertence.

O uso da renda familiar *per capita*, entretanto, levanta questões que merecem algumas explicações. Em primeiro lugar, o uso da renda familiar *per capita* sugere que não há disparidades no interior da família. Nesse sentido, é atribuída a mesma renda a todas as pessoas de uma família, independente da sua posição, gênero ou idade. Embora reconheçamos que existem disparidades intrafamiliares importantes, é pouco provável que elas tenham se modificado significativamente no curto período analisado. Assim, mesmo sendo importantes para definir o nível da desigualdade, não devem interferir em suas variações de curto e médio prazos, analisadas por este relatório.

Em segundo lugar, o uso da renda *per capita* presume que a situação dos membros de uma família com duas pessoas e renda total de R\$ 400, por exemplo, é idêntica à dos membros de uma família com quatro pessoas e renda total de R\$ 800, uma vez que nos dois casos a renda *per capita* é de R\$ 200. No entanto, pode-se argumentar que existem economias de escala, que uma família duas vezes maior não necessita do dobro dos recursos da outra para atingir o mesmo nível de bem-estar. Nesse caso, a renda *per capita* sobreestimaria as condições de vida das famílias pequenas e subestimaria a das maiores. Como não há sólida evidência sobre qual a importância das economias de escala, optamos por centrar a análise na renda *per capita*. Entretanto, ao tratar da recente queda da desigualdade, na próxima seção, mostramos que ela independe da hipótese que se crie sobre possíveis impactos das economias de escala.

Por fim, a escolha da renda familiar *per capita* ignora diferenças de necessidades entre as pessoas. Pessoas em famílias com a mesma renda *per capita* são tratadas como iguais, embora em uma família possam predominar idosos e em outras, crianças. Pelo critério da renda *per capita*, a situação de um casal de idosos ou de um casal jovem será a mesma, desde que tenham a mesma renda. Nesse sentido, não se considera a possibilidade de os idosos terem uma doença crônica e precisarem de medicamentos de uso contínuo. Se as diferenças de necessidades fossem conhecidas, seria muito simples obter um equivalente da renda *per capita* que levasse essa heterogeneidade em consideração. Na ausência dessa informação, optamos pela renda *per capita*. Na próxima seção observamos que a queda da desigualdade de renda não depende da diversidade de necessidades de crianças, adultos e idosos.

3 A QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE¹⁸

Entre 2001 e 2004, o grau de desigualdade de renda no Brasil declinou de forma acentuada e contínua. Em 2004, ele foi o mais baixo dos últimos 30 anos. Essa queda contribuiu para reduzir substancialmente a pobreza e melhorar as condições de vida dos mais pobres mesmo em um período de estagnação da renda *per capita*. A despeito dessa importante diminuição,

17. Os conceitos de domicílio e família são empiricamente muito próximos, embora não perfeitamente equivalentes. De fato, em cerca de 5% dos domicílios convivem duas ou mais famílias. No cálculo da renda *per capita*, o conceito utilizado neste trabalho é o de domicílio, mas ao longo do texto os conceitos de família e domicílio são utilizados indiscriminadamente.

18. Para uma visão do debate histórico no país acerca da evolução da desigualdade de renda, veja o encarte nº 1.

a desigualdade no país permanece extremamente elevada. Mesmo com o ritmo acelerado com que vem caindo, serão necessários mais 20 anos para que o país atinja uma desigualdade similar à média dos países com mesmo grau de desenvolvimento. O objetivo desta seção é documentar esses fatos.

3.1 A MAGNITUDE DA QUEDA

A medida mais comumente utilizada de desigualdade é o coeficiente de Gini (ver encarte 2). Segundo essa medida, entre 2001 e 2004, o grau de desigualdade de renda no país declinou 4%, passando de 0,593 para 0,569. Em 2001, ele encontrava-se próximo à média dos últimos 30 anos; em 2004, chegou ao menor valor registrado no período (ver gráfico 1).¹⁹

ENCARTE 1: A longa tradição de pesquisa sobre desigualdade de renda no Brasil

A desigualdade da distribuição de renda no Brasil é tema de um grande número de pesquisas e artigos científicos. Há mais de quatro décadas os dados estatísticos disponíveis (quase sempre coletados pelo IBGE) são utilizados para analisar o que ocorre com a distribuição de renda e quais são seus principais condicionantes.

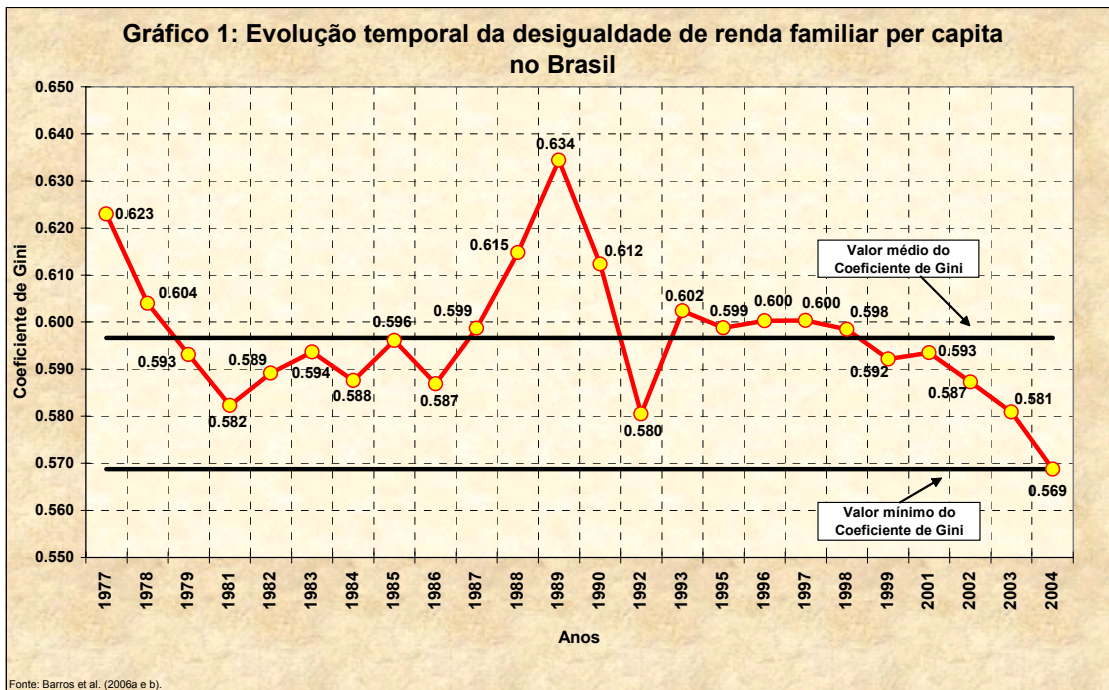
Logo após a divulgação dos dados do Censo Demográfico de 1970, dois estudos mostraram o grande crescimento da desigualdade da distribuição da renda no Brasil entre 1960 e 1970: Fishlow (1972) e Hoffmann e Duarte (1972).

Assim como nos dias atuais, também naquele momento, houve quem colocasse em dúvida os resultados estatísticos. Um economista da estatura de Mario Henrique Simonsen, citando trabalhos de Hoffmann e Duarte, afirmou que “o debate sobre o aumento de concentração de renda de 1960 para 1970 só pode ser sustentado com uma boa dose de leviandade estatística” (Simonsen (1972, p. 50)).

O trabalho de Langoni (1973) foi fundamental para estabelecer um consenso sobre o aumento da desigualdade entre 1960 e 1970. O aspecto polêmico passou a ser a interpretação acerca das causas por trás desse fenômeno, com alguns autores apontando a política governamental e o ambiente institucional como os principais responsáveis, enquanto outros consideravam que o problema estava no crescimento da demanda por mão-de-obra mais qualificada sem o correspondente crescimento da oferta.

Na verdade, após o estímulo provido por esses trabalhos pioneiros, o Brasil assistiu a uma grande proliferação de estudos sobre a sua desigualdade de renda. Inicialmente, o tema central foi a relação entre salário mínimo e desigualdade. Em seguida, ganharam importância estudos que corroboravam a forte relação entre educação e desigualdade retratada por Langoni. Nos anos oitenta, grande atenção foi dispensada à segmentação no mercado de trabalho brasileiro. Das distintas formas de segmentação, aquela existente entre os setores formal e informal da economia tem seguramente sido a mais estudada. Na segunda metade da década de oitenta e, em particular, na primeira metade da década de noventa, foi a vez da relação entre estabilidade econômica, inflação e desigualdade. Recentemente têm surgido muitos estudos sobre discriminação, sobretudo a discriminação racial.

19. Veja também Soares (2006) e Hoffmann (2006b).



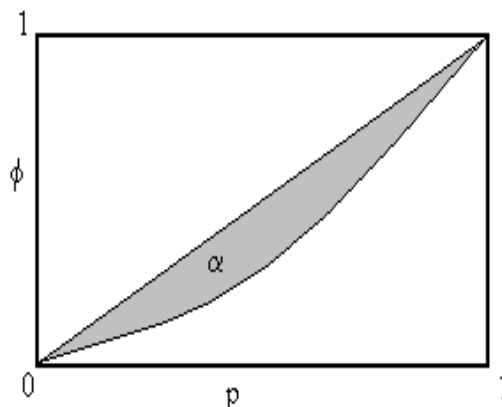
Alcançada em três anos, seria a queda de 4% no coeficiente de Gini acentuada? Parece-nos que sim. Em primeiro lugar, por verificarmos que, dos 75 países para os quais se têm informações sobre a evolução do coeficiente de Gini ao longo da década de 1990, menos de $\frac{1}{4}$ foi capaz de reduzir a desigualdade a uma velocidade superior à alcançada pelo Brasil no triênio 2001-2004.²⁰ Portanto, o ritmo em que a desigualdade vem declinando no país é um dos mais ágeis do mundo.

Em segundo lugar, é preciso avaliar a importância da queda em questão conforme o impacto que teve sobre a pobreza e as condições de vida dos mais pobres. É desse impacto que trata a próxima seção.

ENCARTE 2: Medidas de desigualdade

Toda medida de desigualdade é uma forma de agregar diferenças de renda entre toda a população em um indicador escalar. Não é surpreendente, portanto, que exista uma ampla variedade de formas de medir a desigualdade.

Embora não exista um índice de desigualdade seguramente melhor que os outros, o mais utilizado é o coeficiente de Gini. Sua construção é baseada numa curva denominada “Curva de Lorenz”, a qual é obtida a partir da ordenação das pessoas segundo o seu nível de renda. As pessoas são dispostas de forma crescente com suas rendas. O gráfico ao lado ilustra uma Curva de Lorenz, relacionando a fração acumulada da renda (Φ) com a fração acumulada da população (p).



(continua)

20. Ver Barros *et al.* (2006c).

(continuação)

O coeficiente de Gini equivale ao dobro da área (α) entre a curva de Lorenz (a que forma um arco no gráfico) e a diagonal (que representa a distribuição onde todos têm exatamente a mesma renda e, por isso, é chamada de linha de perfeita igualdade). Ou seja, quanto mais “distante”, medida por essa área, da linha de perfeita igualdade estiver a curva de Lorenz de uma distribuição, mais desigual ela é e maior o Gini (não é difícil mostrar que ele varia entre 0 e 1).²¹

Toda transferência progressiva, isto é de ricos para pobres, reduz a desigualdade. De forma mais geral, diz-se que a distribuição A é menos desigual que a B sempre que a A puder ser obtida a partir da B por uma série de transferências progressivas. É possível mostrar que neste caso a curva de Lorenz associada a A estará inteiramente acima da associada a B e, portanto, mais próxima da linha de perfeita igualdade. Daí decorre, em particular, que o coeficiente de Gini de A será inferior ao de B, indicando um menor grau de desigualdade.

Pode-se mostrar também o inverso. Que sempre que a curva de Lorenz de A encontrar-se acima da associada a B, então a distribuição A poderá ser obtida da B por uma seqüência de transferências progressivas (de ricos a pobres) e, portanto, a desigualdade em A será menor que em B. Assim, sempre que a curva de Lorenz da distribuição A encontrar-se acima da associada à distribuição B, todas as medidas de desigualdade devem indicar que a desigualdade é menor em A. Quando as curvas de Lorenz se cruzam, a ordenação não será inequívoca, levando a que distintas medidas de desigualdade possam levar também a ordenações distintas.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA QUEDA DA DESIGUALDADE PARA OS POBRES

Para que a pobreza se reduza, a renda dos mais pobres deve aumentar e para isso é necessário que ocorra crescimento econômico ou reduções no grau de desigualdade. Nesta seção, mostramos a contribuição da recente queda da desigualdade para o crescimento da renda dos mais pobres e, conseqüentemente, para a redução da pobreza e da extrema pobreza no país.

Impacto sobre a renda dos mais pobres

Quando os mais pobres passam a se apropriar de uma fatia maior da renda total da sociedade, há redução da desigualdade. Para que isso ocorra é necessário que a renda média dos mais pobres cresça mais rápido do que a renda média total.

21. Além do coeficiente de Gini, as medidas de desigualdade mais utilizadas são as duas medidas propostas por Theil conhecidas como o primeiro índice de Theil, o Theil-T, e o segundo índice de Theil, o Theil-L. Estas medidas são membros limites de uma família de índices, caracterizada pela seguinte expressão geral

$$D(c) = \frac{1}{nc(c-1)} \sum_{i=1}^n \left(\left(\frac{x_i}{\mu} \right)^c - 1 \right) \text{ para todo } c \neq 0, 1. \text{ Quando } c \text{ tende a } 1, \text{ tem-se o Theil-T}$$

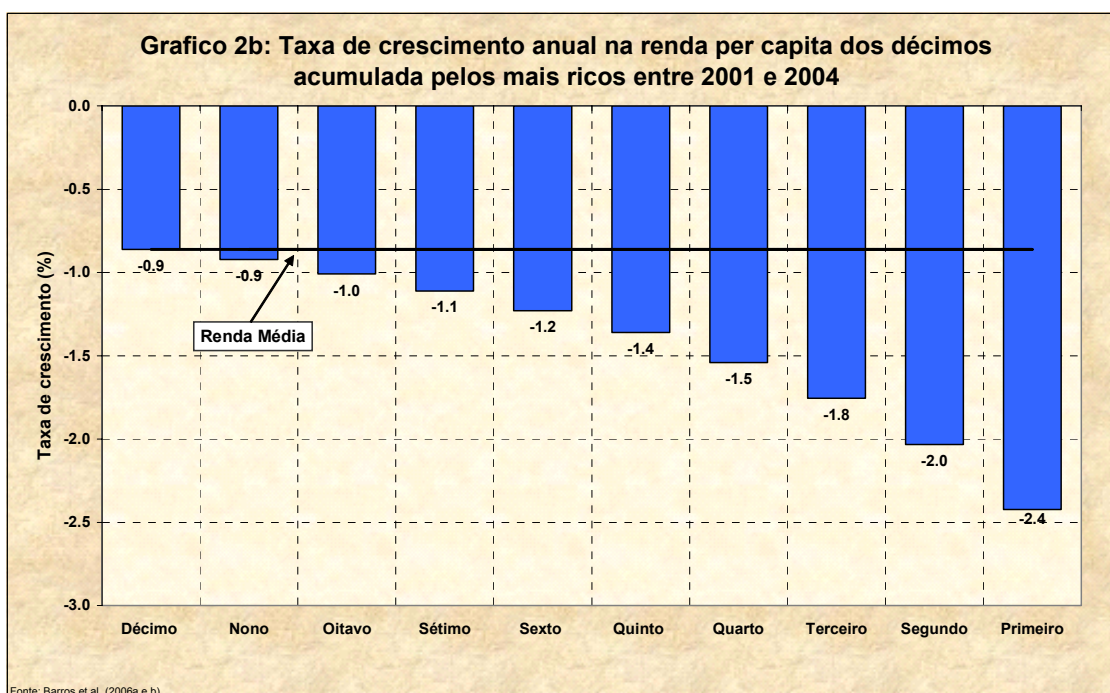
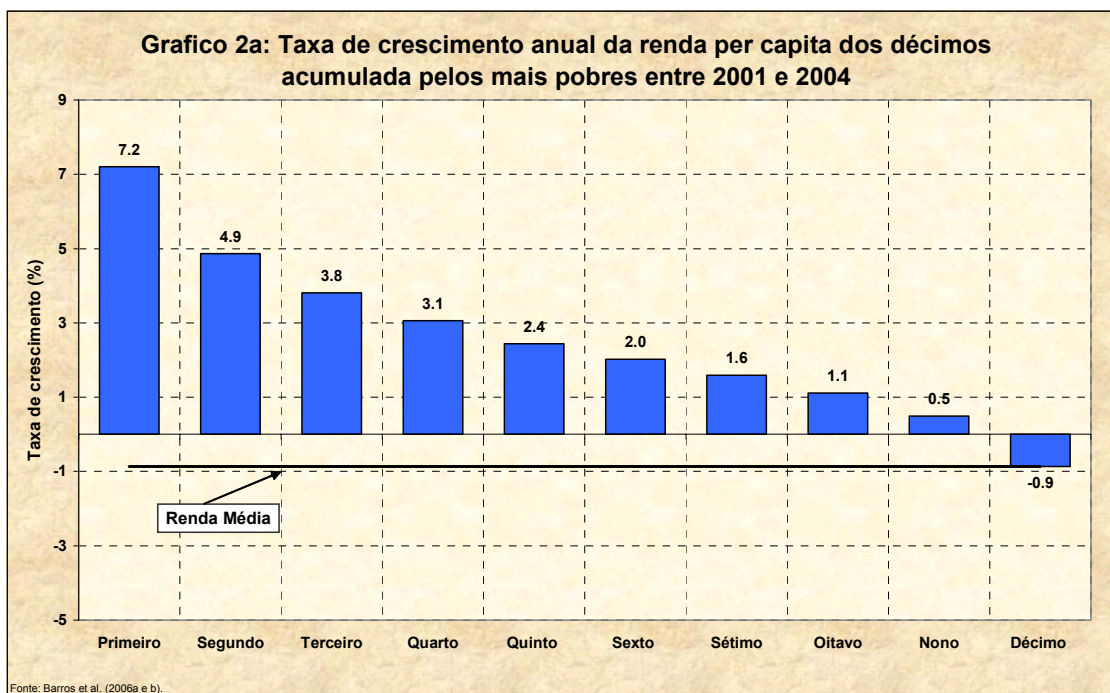
$$D(1) = T = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \frac{x_i}{\mu} \ln \left(\frac{x_i}{\mu} \right) \text{ e quando } c \text{ tende a } 0, \text{ tem-se o Theil-L}$$

$$D(0) = L = \ln(\mu) - \ln(g) \text{ onde } g \text{ é a média geométrica. Isto é, } g = \sqrt[n]{\prod_{i=1}^n x_i} \text{ Quando } c = -1, \text{ temos que}$$

$$D(-1) = H = \frac{1}{2} \left(\frac{\mu}{h} - 1 \right) \text{ onde } h \text{ é a média harmônica (o inverso da média aritmética dos inversos). Isto é,}$$

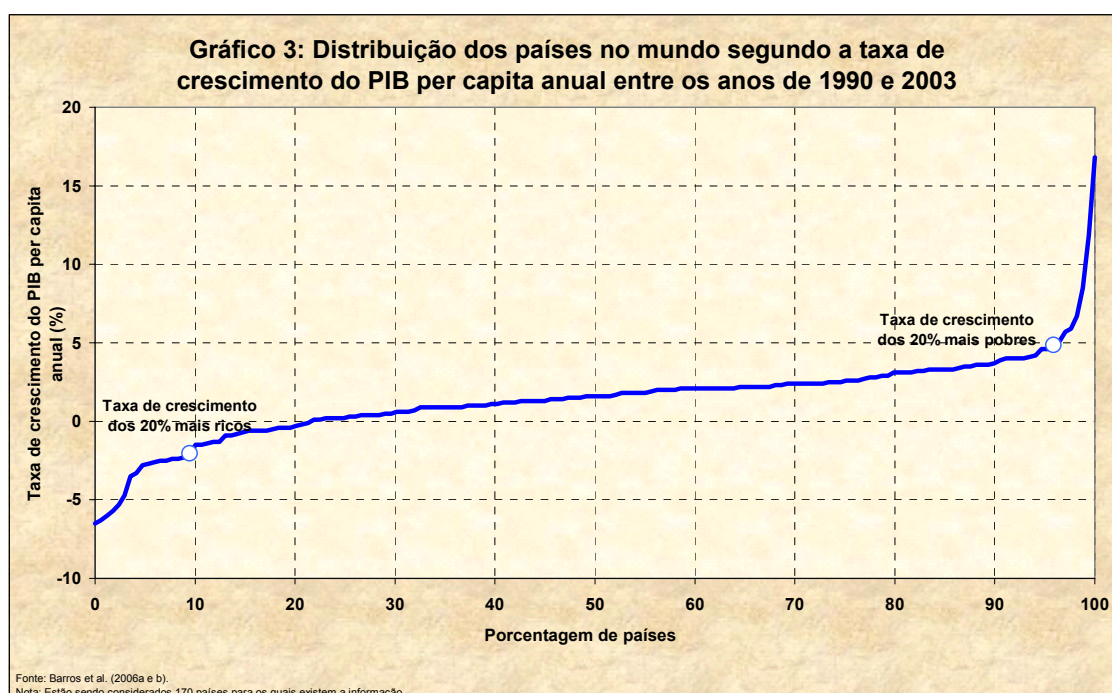
$$h = \left(\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \frac{1}{x_i} \right)^{-1}$$

Os gráficos 2A e 2B apresentam a taxa anual de crescimento da renda *per capita* dos décimos acumulados a partir dos mais pobres e a partir dos mais ricos da distribuição ao longo do triênio 2001-2004. As estimativas apresentadas mostram um crescimento anual de cerca de 7,2% para os 10% mais pobres, apesar de a renda *per capita* brasileira ter declinado 0,9% a.a. no mesmo período. Se tomarmos a renda média dos 50% mais pobres, esta cresceu 2,4% a.a., ao passo que a renda média dos 50% mais ricos declinou 1,4% a.a. Considerando o período como um todo, temos que, em função da queda de 4% no coeficiente de Gini, o crescimento da renda dos 20% mais pobres foi 20 p.p. maior que a dos 20% mais ricos.



Percepção dos mais pobres e dos mais ricos sobre o crescimento econômico

O gráfico 3 apresenta a distribuição da taxa anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* entre os anos de 1990 e 2003 para 170 países. Nesse gráfico estão marcadas também as taxas anuais de crescimento da renda dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos no Brasil entre 2001 e 2004. Ao longo dos últimos anos, mais de 90% dos países no mundo apresentaram taxas anuais de crescimento de suas rendas *per capita* menores do que a percebida pelos 20% mais pobres brasileiros. A percepção dos mais pobres no Brasil é, portanto, de estar vivendo em um país com uma elevada taxa de crescimento econômico. Por outro lado, apenas 10% dos países mostraram uma taxa anual de crescimento menor do que a percebida pelos 20% mais ricos brasileiros. Esse grupo, portanto, tem a percepção de viver em um país estagnado.



Impacto sobre os níveis de pobreza e de extrema pobreza

Os níveis de pobreza e de extrema pobreza caíram entre 2001 e 2004, conforme podemos observar na tabela 1.²² Tanto para a pobreza quanto para a extrema pobreza, os três indicadores utilizados (porcentagem de pobres, hiato de pobreza e severidade da pobreza)²³ mostram uma redução entre 1 e 2 p.p.. Como houve no período redução na

22. Veja Rocha (2006).

23. Para medir pobreza e extrema pobreza, foram utilizadas linhas de $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (SM) respectivamente. São consideradas pobres e extremamente pobres todas as pessoas que vivem em domicílios com renda *per capita* inferior às linhas de pobreza e extrema pobreza respectivamente. Por hiato de pobreza, entendemos a proporção de pobres multiplicada pela distância média da renda dos pobres à linha de pobreza, medida em múltiplos da linha de pobreza. Essa medida, portanto, leva em consideração não apenas a porcentagem de pobres, mas também a profundidade da pobreza. A severidade da pobreza é dada pelo produto da porcentagem de pobres pela distância quadrática média à linha de pobreza, também medida em múltiplos da linha de pobreza. Ela, portanto, não apenas considera o número de pobres e a profundidade da pobreza, como também dá maior peso para os mais pobres. Por exemplo, um pobre que tenha uma renda igual à metade da linha de pobreza, tem um peso 4 vezes menor que o de um pobre que não tem renda alguma.

renda *per capita*, toda a queda nos níveis de pobreza e de extrema pobreza se deveu ao decréscimo da desigualdade de renda.

Tabela 1: Indicadores de pobreza e extrema pobreza para o Brasil

Indicadores	2001	2004	Varição (em pontos percentuais)
(%)			
Pobreza			
Porcentagem de pobres	33.3	31.5	-1.8
Hiato de pobreza	15.1	13.1	-1.9
Severidade da pobreza	9.3	7.7	-1.6
Extrema pobreza			
Porcentagem de pobres	14.3	12.0	-2.2
Hiato de pobreza	6.2	4.8	-1.4
Severidade da pobreza	4.0	3.0	-1.0

Fonte: Barros et al. (2006c)

Nota: O hiato de pobreza e a severidade da pobreza estão expressos em múltiplos da linha de pobreza.

O declínio da renda *per capita* fez com que o efeito da queda na desigualdade sobre a pobreza fosse inferior ao que poderia ter sido se a renda *per capita* não tivesse se alterado. De fato, caso a redução na renda *per capita* não tivesse mitigado parte do impacto da redistribuição, a proporção de pessoas extremamente pobres teria declinado 3,7 p.p., em vez de 2,3 p.p.²⁴ Em suma, a queda da desigualdade entre 2001 e 2004, por si só, levou a uma redução na proporção de pessoas extremamente pobres no país de mais de 3 p.p., o que equivale a retirar cerca de 5 milhões de brasileiros da extrema pobreza.

Vale ressaltar que, sem a ajuda de reduções na desigualdade, para que fosse gerada a mesma queda na extrema pobreza, seria necessário um crescimento econômico balanceado de 20%.^{25,26} Em outras palavras, do ponto de vista dos extremamente pobres, a recente queda de 4% da desigualdade é equivalente a um crescimento balanceado de 20%. É verdade que, para os pobres, tanto o crescimento quanto reduções na desigualdade são importantes. Entretanto, considerando que 4% de redução no coeficiente de Gini equivale a um crescimento na renda *per capita* de aproximadamente 20%, se os extremamente pobres tivessem que escolher entre uma redução no coeficiente de Gini de 1% e um crescimento balanceado na renda *per capita* do país inferior a 5%, prefeririam a redução no coeficiente de Gini.

Complementaridade entre reduções de desigualdade e crescimento econômico no combate à pobreza

Vimos que reduções no grau de desigualdade podem funcionar substituindo o crescimento econômico no combate à pobreza. No entanto, crescimento econômico e reduções no grau de desigualdade também funcionam como complementos. O impacto do crescimento econômico

24. Barros et al. (2006c).

25. Barros et al. (2006c).

26. Entende-se por crescimento balanceado aquele em que a renda de todos os grupos sociais cresce à mesma taxa e, dessa forma, não há variação no grau de desigualdade.

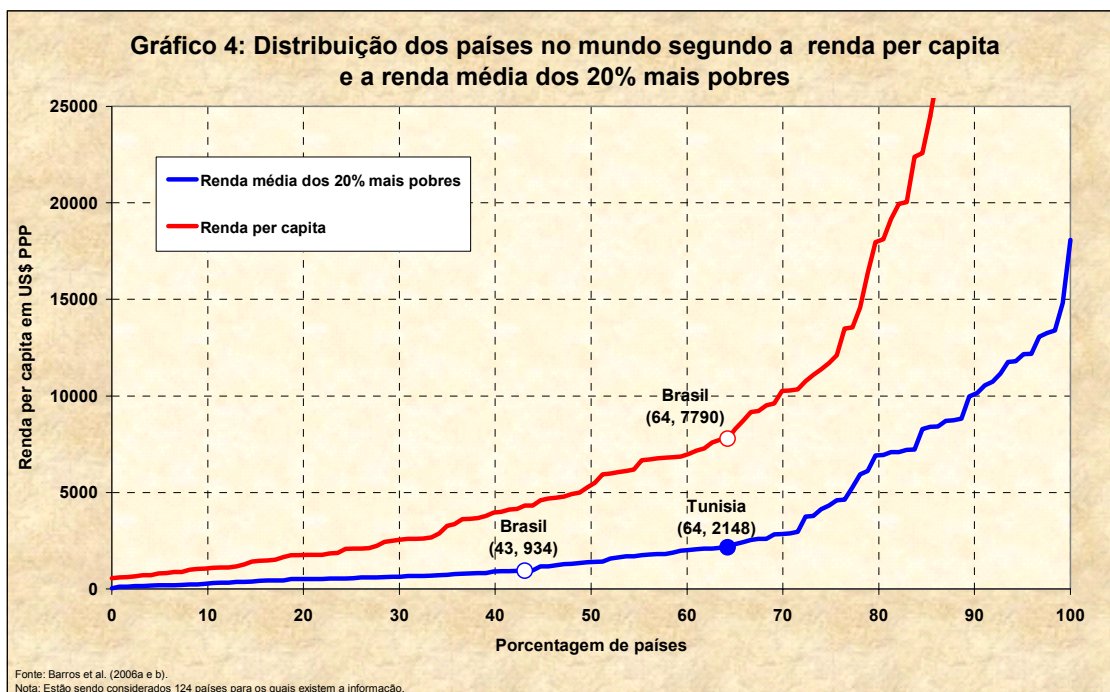
sobre a pobreza é tão maior quanto menor for a desigualdade na distribuição de renda. É por esse motivo que um crescimento balanceado de 10% hoje tem um impacto sobre a pobreza 10% maior do que teria há três anos atrás, quando o grau de desigualdade era 4% maior.²⁷ Em outras palavras, a redução na desigualdade não apenas tem impacto direto sobre a pobreza, mas também eleva a capacidade do crescimento econômico de beneficiar os mais pobres.

3.3 A NECESSIDADE DE CONTINUAÇÃO

Apesar da queda recente, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente elevada. A fatia da renda total apropriada pela parcela 1% mais rica da população é da mesma magnitude daquela apropriada pelos 50% mais pobres. Além disso, os 10% mais ricos se apropriam de mais de 40% da renda, enquanto os 40% mais pobres se apropriam de menos de 10%.²⁸

No cenário internacional, o país continua ocupando uma posição de absoluto destaque negativo, detendo um dos mais elevados graus de desigualdade do mundo. Dentre os 124 países para os quais existem informações disponíveis sobre o grau de desigualdade na distribuição de renda, quase 95% apresentam distribuições menos concentradas que a do Brasil.²⁹

Uma forma alternativa de verificar que o nível da desigualdade permanece muito elevado é comparar a distribuição dos países segundo sua renda *per capita* com a distribuição deles segundo a renda *per capita* de seus 20% mais pobres (ver gráfico 4). Esse gráfico revela que, enquanto 64% dos países têm renda *per capita* inferior à brasileira, somente 43% têm renda *per capita* de seus 20% mais pobres menor que a brasileira.



27. Barros et al. (2006c).

28. Barros et al. (2006b).

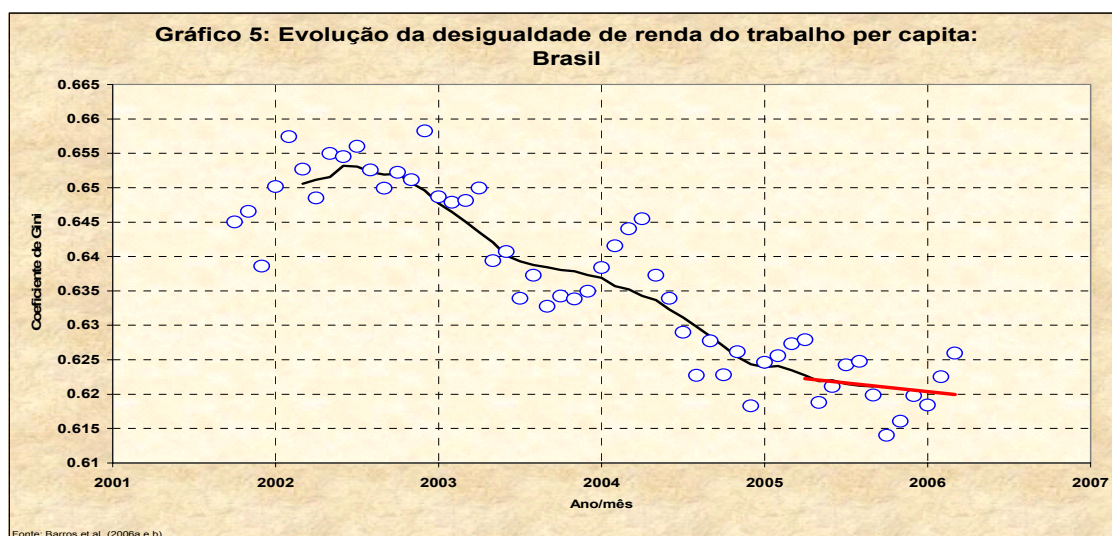
29. Barros et al. (2006b) e Hoffmann (2006b).

Para que o Brasil passasse a ocupar, na distribuição de países segundo a renda média dos 20% mais pobres, a mesma posição que tem na distribuição dos países segundo a renda *per capita*, a proporção da renda apropriada pelos 20% mais pobres deveria mais que dobrar. Entre 2001 e 2004, essa proporção cresceu cerca de 0,4 p.p.. Assim, caso essa velocidade fosse mantida, seriam necessários cerca de 20 anos para que a posição internacional do Brasil com relação à renda média dos 20% mais pobres se alinhasse com sua posição relativa à renda *per capita*.³⁰

Em suma, o grau de desigualdade do país permanece extremamente elevado. Mesmo mantendo o acelerado passo com que a desigualdade vem sendo reduzida recentemente no país, serão necessárias ainda duas décadas para que nossa desigualdade alinhe com a dos demais países com o mesmo nível de desenvolvimento. Portanto, o sucesso recente deve ser encarado apenas como um primeiro passo de uma longa jornada.

3.4 SINAIS DE CONTINUIDADE

Em que medida a desigualdade de renda continuou a declinar em 2005 e 2006? De forma a examinar o comportamento ainda mais recente da desigualdade de renda, utilizamos as informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Embora a PME cubra apenas as seis principais regiões metropolitanas (RMs) do país³¹ e a noção de renda que se pode extrair dela se limite aos rendimentos do trabalho, com essa pesquisa temos informações mensais até meados de 2006, o que nos permite verificar se a redução na desigualdade identificada com informações da Pnad continuou pelo menos ao longo de 2005. O gráfico 5 apresenta a evolução recente da desigualdade, medida pelo coeficiente de Gini, com base na PME. Conforme esse gráfico mostra, a queda na desigualdade certamente continuou durante o primeiro semestre de 2005, embora isso já não seja tão evidente para os últimos meses do ano. Existem, portanto, evidências de que a queda da desigualdade verificada para o período 2001-2004 deve ter se estendido para além desse triênio, embora a velocidade da queda possa ter diminuído.



30. Barros *et al.* (2006b).

31. As RMs consideradas são as de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

4 A ROBUSTEZ DA QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE

Acima vimos que, entre 2001 e 2004, o grau de desigualdade de renda declinou de forma acentuada, com importantes conseqüências sobre a pobreza. Nesta seção examinamos a robustez dessa queda. Verificamos em que medida essa queda é sensível à medida de desigualdade e ao conceito de renda *per capita* utilizados. Também verificamos se essa queda foi estatisticamente significativa e se a qualidade das informações utilizadas é adequada.

4.1 SENSIBILIDADE DA QUEDA À MEDIDA DE DESIGUALDADE UTILIZADA

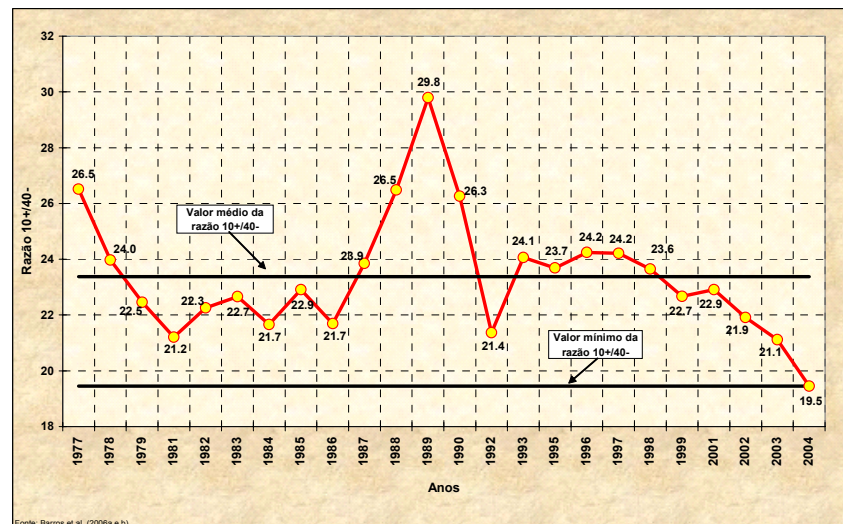
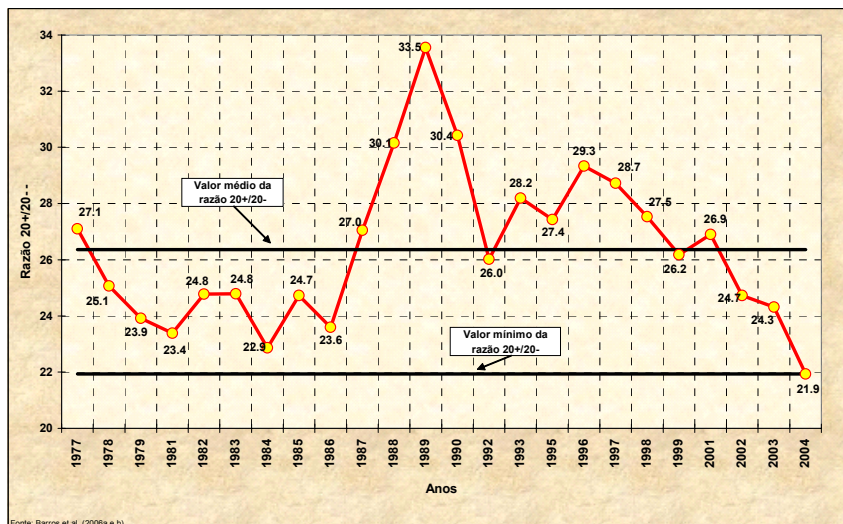
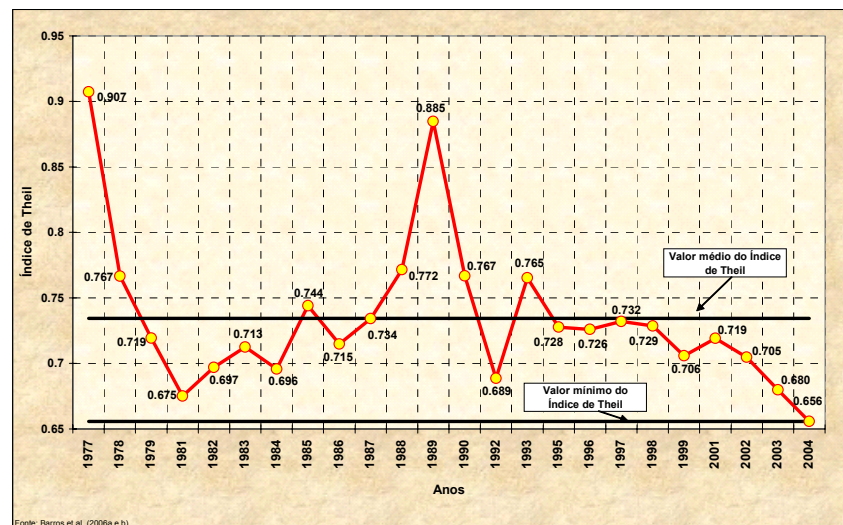
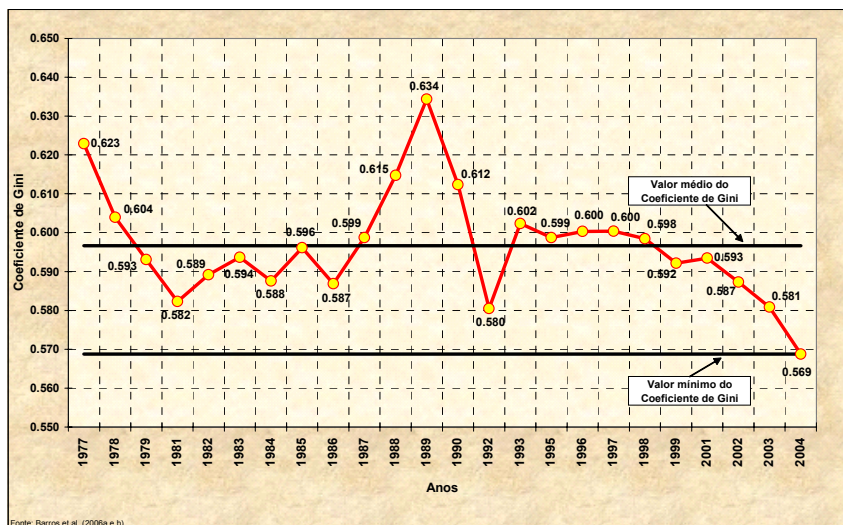
Uma medida de desigualdade de renda é uma forma de agregar em um único indicador diferenças de renda de milhões de pessoas. Não é surpreendente, portanto, que existam diversas formas alternativas de medir desigualdade. Acima vimos que, segundo o coeficiente de Gini, entre 2001 e 2004, a desigualdade de renda no Brasil declinou 4%. Será que essa queda é corroborada por outras medidas de desigualdade?

A tabela 2 demonstra que sim. Ela revela que a proporção da renda apropriada pelos mais pobres, independente do ponto de corte utilizado, cresceu no período. Conforme o encarte 2 demonstra, sempre que tivermos um aumento generalizado na proporção da renda apropriada pelos mais pobres, teremos um declínio no grau de desigualdade, independente de como se venha a medi-la. Por exemplo, pela razão entre a renda dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres, a desigualdade declinou quase 20% entre 2001 e 2004.

O gráfico 6 apresenta a evolução, ao longo dos últimos 30 anos, do coeficiente de Gini e de três outros indicadores do grau de desigualdade comumente utilizados. Todos ratificam que a desigualdade decaiu de um nível que era, em 2001, próximo à média dos últimos 30 anos para seu valor mínimo em 2004.³²

32. Veja também Soares (2006) e Hoffmann (2006b).

Gráfico 6: Evolução temporal da desigualdade de renda familiar per capita no Brasil



4.2 SENSIBILIDADE DA QUEDA DA DESIGUALDADE À NOÇÃO DE RENDA UTILIZADA

Na seção 2, indicamos que o uso da renda familiar *per capita* sugere que *a*) não existem economias de escala na família, ou seja, os recursos necessários para atender uma família duas vezes maior devem também ser duas vezes maiores; e que *b*) todos os membros necessitam do mesmo volume de recursos. Sabemos que nenhuma dessas hipóteses é estritamente verdadeira. Em geral, a necessidade de renda não cresce linearmente com o tamanho da família, nem idosos, adultos e crianças precisam dos mesmos recursos para viverem. Como não há informações sobre a importância dos ganhos de escala e sobre as necessidades de diferentes tipos de pessoas, adotamos a renda familiar *per capita* mesmo considerando a simplificação que ela implica.

Mais do que a veracidade das hipóteses sugeridas acima, importa verificar o impacto delas sobre a evolução da desigualdade. A tabela 3 demonstra que a queda da desigualdade não se altera diante delas. A queda do coeficiente de Gini seria um pouco maior caso existissem economias de escala, e apenas ligeiramente menor caso os idosos necessitassem de mais recursos que as crianças para satisfazer suas necessidades.

Em suma, a recente e acentuada queda do grau de desigualdade de renda é um fato robusto. Qualquer que seja a medida de desigualdade utilizada, a queda é verificável, não havendo significativa mudança mesmo quando consideramos economias de escala ou necessidades diferenciadas por tipo de pessoa.

Tabela 3: Sensibilidade da queda na desigualdade à economia de escala e à diferenças nas necessidades dos membros das famílias

Indicadores	Coeficiente de Gini		Variação (%)
	2001	2004	
Sem economia de escala	0.593	0.569	4.2
Leve economia de escala	0.577	0.552	4.5
Economia de escala média	0.566	0.539	4.7
Acentuada economia de escala	0.558	0.531	4.8
Economia de escala plena	0.555	0.529	4.7
Necessidades iguais	0.593	0.569	4.2
Necessidades diferenciadas	0.596	0.572	4.0

Fonte: Barros et al. (2006c)

4.3 NATUREZA E CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS³³

Conforme já mencionado, as evidências empíricas apresentadas neste relatório sobre a queda na desigualdade de renda brasileira e seus determinantes estão baseadas na Pnad. Os dados desta pesquisa são coletados anualmente pelo IBGE e constituem a principal fonte para estudos sobre desigualdade de renda no país, tanto pela sua abrangência e periodicidade, quanto pela qualidade das informações fornecidas. De fato, nas comparações internacionais feitas pelo Banco Mundial e Nações Unidas, as informações fornecidas da Pnad são consideradas como de excelente qualidade.³⁴

Todavia as medidas de desigualdade de renda obtidas a partir da Pnad têm suas limitações, que decorrem da dificuldade da pesquisa em captar adequadamente algumas fontes de renda como, por exemplo, a renda não-monetária dos pequenos agricultores, o rendimento de ativos e as rendas voláteis que vão desde ganhos com loterias até o seguro desemprego ou a multa por demissão sem justa causa. As estimativas de renda baseadas em pesquisas domiciliares deste tipo tendem a subestimar a renda total das famílias. Não obstante, se as omissões forem proporcionais ao que se conseguiu captar, elas irão afetar apenas a renda média e não o grau de desigualdade. Assim, a dificuldade não resulta das omissões *per se*, mas de um eventual desequilíbrio na forma como estas omissões estão distribuídas entre os mais pobres e os mais ricos. Por um lado, a renda dos mais ricos deve estar subestimada devido à sub-declaração dos rendimentos de ativos; por outro lado, a renda dos mais pobres deve estar subestimada em função da sub-declaração de rendimentos não-monetários e de transferências eventuais (como a ajuda de familiares). Não é claro *a priori* que as omissões existentes incidem com maior intensidade sobre um determinado grupo de renda. Portanto, a determinação da magnitude e da direção do impacto destas sub-declarações sobre a desigualdade é uma questão empírica, para a qual existem poucas evidências disponíveis.³⁵

A fim de analisar tal questão e verificar a validade das informações da Pnad para a análise da desigualdade de renda, fazemos aqui um contraste dessas com aquelas fornecidas pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) e pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). O SCN fornece a estimativa mais completa da renda familiar total e sua distribuição entre grandes categorias de renda, ainda que não forneça informações desagregadas no nível das famílias. A POF é uma pesquisa domiciliar (tal como a Pnad), porém direcionada para o orçamento familiar e, portanto, apresenta informações de renda mais abrangentes e detalhadas que deveriam levar a uma melhor estimativa do grau de desigualdade de renda.

Iniciando pela comparação entre os dados da POF e da Pnad, é possível constatar que a renda familiar total estimada pela primeira é 20% maior do que a estimada pela segunda, o que representa uma diferença significativa. Porém, a desigualdade de renda estimada com base na POF é apenas 0,3% maior do que aquela obtida a partir dos dados da Pnad. Assim,

33. Esta seção se baseia em Barros, Cury e Ulyssea (2006). Veja também Cury, Coelho e Pedroso (2006) e Tourinho, Costa da Silva e Alves (2006).

34. Veja Deininger e Squire (1996) e WIID (2005).

35. Cabe destacar que se a proporção da renda que é sub-declarada for pequena, deve-se esperar pouca distorção sobre as estimativas do grau de desigualdade. Contudo, o inverso não é necessariamente verdadeiro, ao contrário, como ficará claro mais adiante mesmo que a subestimação seja significativa, o impacto sobre a desigualdade pode ser pequeno.

é possível concluir que a forma como a Pnad é coletada leva à subestimação tanto da renda dos mais pobres quanto da dos mais ricos, o que faz com que o impacto da subestimação da renda sobre a desigualdade seja mínimo. Mais do que isso, esta pequena diferença no nível de desigualdade não implica que existam diferenças de mesma magnitude na variação temporal. Ao contrário, é provável que estimativas da variação no grau de desigualdade no período 2001-2004 segundo as duas pesquisas sejam essencialmente idênticas. Infelizmente, como a POF foi coletada apenas uma vez neste período não podemos comprovar tal hipótese.

Passando para comparação das pesquisas domiciliares com as contas nacionais, é possível identificar três aspectos importantes. Em primeiro lugar, a renda familiar estimada a partir das pesquisas domiciliares é menor do que a estimada a partir das contas nacionais, sendo a subestimação a partir dos dados da POF menos da metade da observada com a Pnad (veja tabela 4A). Em segundo lugar, a diferença encontrada entre a POF e o SCN é da mesma magnitude daquela existente entre a POF e a Pnad: a renda da POF é 20% maior do que a da Pnad e 17% inferior a do SCN. Por fim, o componente mais importante para explicar as diferenças de renda entre as famílias segundo o SCN e as pesquisas domiciliares são as transferências recebidas e não a renda de ativos. Como as transferências devem beneficiar prioritariamente aos mais pobres e a renda de ativos aos mais ricos, não é evidente que a utilização de pesquisas domiciliares ou das Contas Nacionais impliquem necessariamente em diferenças significativas no grau de desigualdade de renda. Na verdade, dado que a renda captada pela POF é somente 17% inferior à captada pelo SCN e que 90% desta discrepância deve-se a diferenças na captação das transferências, não parece razoável supor que a desigualdade de renda familiar captada pela POF esteja significativamente subestimada. E esta, por seu turno, é virtualmente idêntica à desigualdade estimada a partir dos dados da Pnad.

Mesmo que a subestimação da renda das famílias por parte das pesquisas domiciliares leve a uma subestimação do grau de desigualdade, para que isto tivesse influência sobre a queda na desigualdade seria necessário que esta subestimação tivesse variado ao longo do tempo. A tabela 4B apresenta uma comparação de estimativas da evolução da renda das famílias entre 2001 e 2003 segundo a Pnad e o SCN. Os resultados revelam que, embora, o diferencial entre as estimativas destas duas fontes de dados aumentou em 5 pontos percentuais ao longo do período, esse aumento não se deveu a mudanças na renda de ativos, uma vez que a diferença neste item entre as duas fontes de dados permaneceu praticamente inalterada no período. Ao contrário, a contribuição das diferenças nesta fonte de renda para explicar as diferenças na renda familiar total declinou mais de 5 pontos percentuais no período. O principal fator responsável pelo crescimento do hiato entre a Pnad e as Contas Nacionais foi o crescimento na parcela do excedente operacional bruto devido à agropecuária. Como este componente da renda capta em parte a renda do trabalho e não se encontra particularmente concentrado entre os mais ricos, dificilmente esta mudança poderia ter causado um aumento no grau de desigualdade que não fosse captado pela Pnad.

Tabela 4b: Decomposição da renda familiar com base na Pnad e Sistema de Contas Nacionais

Componente	Nível (R\$ bilhões correntes por ano)				Diferença (%)		Contribuição para a diferença (%)	
	Pnad		SCN		SCN/Pnad		SCN/Pnad	
	2001	2003	2001	2003	2001	2003	2001	2003
Renda total	662	827	876	1136	32	37	100	100
Aluguel imputado	69	87	95	108	36	25	12	7
Renda de ativos (aluguéis, juros e dividendos)	16	18	69	78	339	342	25	19
Renda do trabalho e excedente operacional	461	568	509	666	10	17	22	32
Renda do trabalho	461	568	377	470	-18	-17	-39	-32
Excedente operacional bruto	132	196
Transferências	116	155	203	284	76	83	41	42

Fonte: Barros, Cury e Ulyseia (2006).

Tabela 4a: Decomposição da renda familiar com base na Pnad, POF e Sistema de Contas Nacionais

Componente	Nível (R\$ bilhões correntes por ano)			Composição (%)			Diferença (%)			Contribuição para a diferença (%)		
	Pnad-03	POF-03	SCN-03	Pnad-03	POF-03	SCN-03	POF/Pnad	SCN/Pnad	SCN/POF	POF/Pnad	SCN/Pnad	SCN/POF
	Renda total	827	995	1136	100.0	100.0	100.0	20	37	14	100	100
Aluguel imputado	87	125	108	10.5	12.5	9.5	44	25	-13	23	7	-11
Renda de ativos (aluguéis, juros e dividendos)	18	40	78	2.1	4.0	6.8	129	342	93	14	19	27
Renda do trabalho e excedente operacional	568	674	666	68.6	67.7	58.6	19	17	-1	63	32	-5
Renda do trabalho	568	674	470	68.6	67.7	41.4	19	-17	-30	63	-32	-144
Excedente operacional bruto	196	17.3
Transferências	155	157	284	18.8	15.7	25.0	1	83	81	1	42	90

Fonte: Barros, Cury e Ulyseia (2006).

4.4 SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA

Todas as medidas de desigualdade utilizadas neste relatório foram obtidas a partir de uma amostra de famílias brasileiras que compõem a Pnad. Trata-se de uma grande amostra, uma vez que a cada ano a Pnad entrevista cerca de 100 mil famílias. Mesmo sendo representativa do universo das famílias brasileiras, a Pnad não pode ser confundida com ele. Nesse sentido, os dados apresentados são apenas estimativas, que medem o verdadeiro grau de desigualdade do país com algum erro.

Assim, é natural se indagar em que medida a queda estimada resulta de um real decréscimo no grau de desigualdade do país ou de uma flutuação aleatória. Estatisticamente, de posse do desenho amostral da Pnad, pode-se avaliar qual é a probabilidade de observarmos uma queda pelo menos tão elevada como a verificada (uma queda de 4% do coeficiente de Gini), caso a verdadeira desigualdade tenha permanecido inalterada.

A tabela 5 apresenta o resultado de dois estudos voltados para essa questão. Revela que, independente da medida de desigualdade utilizada, a probabilidade de observarmos uma queda maior ou igual à estimada, caso a desigualdade do país não haja declinado, é inferior a 1%. Logo, pelos padrões estatísticos comumente utilizados, temos que rejeitar a hipótese de que não houve uma queda do grau de desigualdade no Brasil entre 2001 e 2004. Em termos mais simples, estamos 99% seguros de que a queda é real e não apenas uma perturbação estatística.

Tabela 5: Significância estatística da recente queda na desigualdade de renda no Brasil

Medidas de desigualdade	Estimativa pontual		Erro padrão		Redução na desigualdade			
	2001	2004	2001	2004	Estimativa	Erro padrão	Estatística T	P-valor
Coefficiente de Gini	0,566	0,547	0,003	0,003	0,019	0,005	4,2	<1%
Theil-T	0,719	0,656	0,011	0,011	0,063	0,016	4,0	<1%
Theil-L	0,649	0,592	0,008	0,007	0,057	0,010	5,6	<1%
Distância entre a média harmônica e a média aritmética ¹	2,561	2,277	0,055	0,048	0,285	0,073	3,9	<1%

Fonte: Barros, et al. (2006c)

Nota 1: Veja medida (H) descrita na nota de fim 19.

5 DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE

Nesta seção buscamos responder por que a desigualdade de renda no Brasil declinou tão acentuadamente no período 2001 a 2004, nos concentrando apenas nos fatores que a afetaram de forma mais direta, os quais denominaremos determinantes imediatos. Vale ressaltar que, nesta análise, a ênfase não está nas causas da elevada desigualdade brasileira, mas sim nas que explicam sua queda recente.³⁶

36. Para uma análise abrangente dos determinantes do nível da desigualdade de renda brasileira, ver Henriques (2000), Banco Mundial (2003) e Herrán (2005). Para uma análise da desigualdade brasileira no contexto latino-americano, veja Banco Interamericano de Desenvolvimento (1998) e De Ferranti *et al.* (2004). Para uma análise recente da desigualdade brasileira no contexto mundial, veja Banco Mundial (2006).

Na subseção seguinte, são apresentados os fatores candidatos a explicar a queda recente da desigualdade de renda brasileira, bem como uma breve discussão dos mecanismos por meio dos quais esses fatores afetam a desigualdade de renda. Na subseção 5.2, investiga-se a importância da evolução das disparidades demográficas para a queda recente da desigualdade de renda entre as famílias. Na seção 5.3, tratamos da importância das transformações nas transferências públicas e privadas, enquanto, na subseção 5.4, nos voltamos para o papel da evolução dos rendimentos de ativos. A importância das transformações no mercado de trabalho para a queda recente da desigualdade de renda é analisada nas seções 5.5 a 5.11. Primeiro, investigamos a absorção de mão-de-obra pelo mercado de trabalho (subseção 5.5) e, em seguida, nos concentramos na evolução da desigualdade em remuneração do trabalho (subseção 5.6) e seus determinantes (subseções 5.7 a 5.11). Conforme veremos, o mercado de trabalho pode tanto gerar desigualdades como apenas revelar desigualdades preexistentes. Nas subseções 5.7 e 5.8 analisamos quanto da queda da desigualdade de renda entre as famílias veio de mudanças na desigualdade revelada pelo mercado de trabalho, enfatizando o papel da evolução das desigualdades educacionais e de experiência. Nas subseções 5.9 a 5.11, investiga-se a contribuição da desigualdade gerada pelo mercado de trabalho, mais especificamente, a discriminação e as diferentes formas de segmentação.

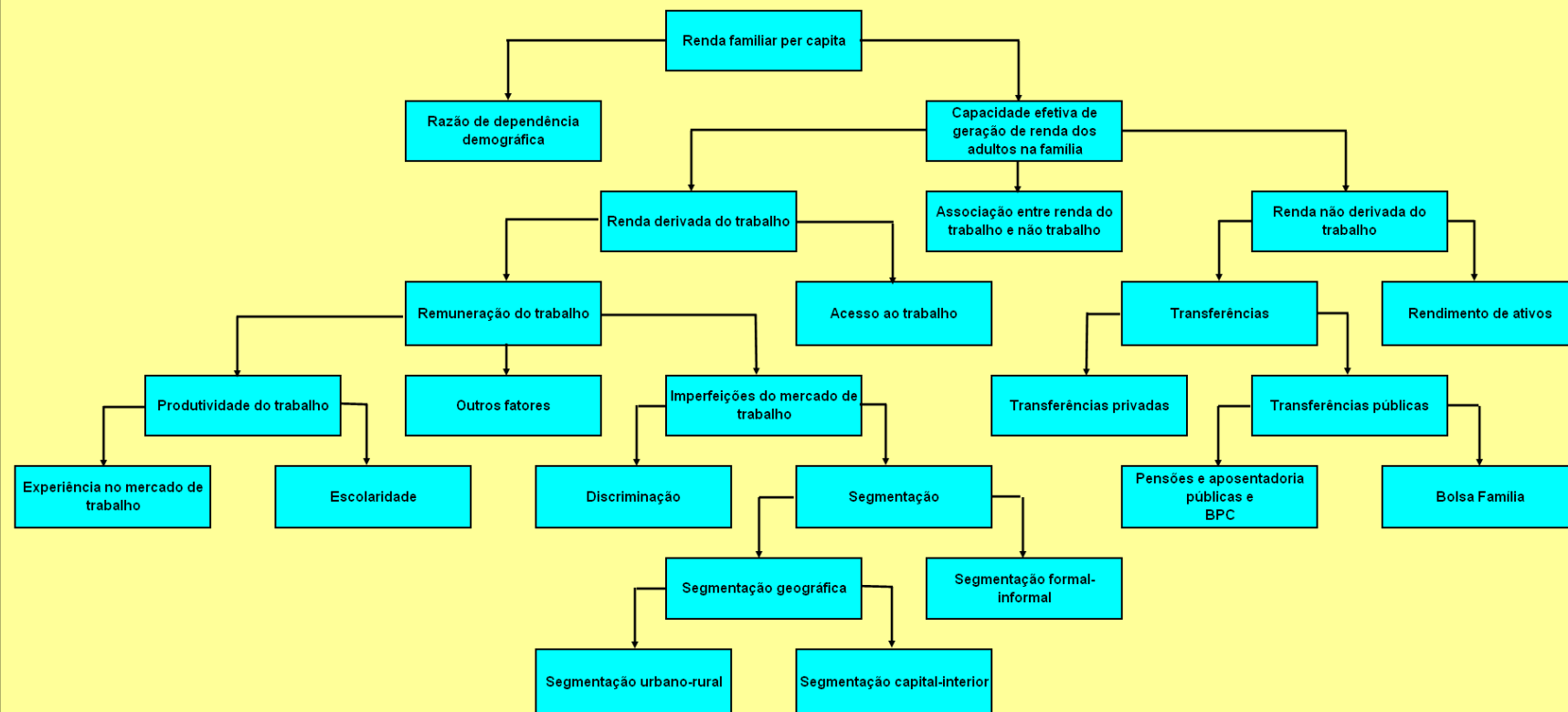
5.1 ARCABOUÇO ANALÍTICO

Os determinantes da desigualdade de renda são todos os fatores que fazem com que uma família tenha renda distinta da outra. Um fator que eleve ou reduza proporcionalmente a renda de todas as famílias não tem impacto sobre a desigualdade e, portanto, seria incapaz de explicar sua redução.

O arcabouço analítico com o qual trabalhamos considera que a renda familiar *per capita* depende das características demográficas da família, da renda dos adultos derivada do trabalho e de outras fontes, como os ativos financeiros e as transferências públicas ou privadas. A renda do trabalho, por sua vez, depende da proporção de adultos ocupados e também da remuneração dos ocupados, que, por sua vez, depende do quão produtivos eles são. Por fim, a produtividade do trabalho será determinada pelas características intrínsecas da força de trabalho e pela qualidade dos postos de trabalho disponíveis. Todas essas dimensões são levadas em consideração no arcabouço analítico utilizado (diagrama 1).³⁷ Vejamos cada uma na seqüência.

37. Para uma descrição detalhada desse arcabouço analítico, ver Barros *et al.* (2004).

Diagrama 1: Determinantes imediatos da queda no grau de desigualdade na renda familiar per capita



Fonte: Herrán (2005) e Barros et al. (2004)

Fatores demográficos: a proporção de adultos

A renda *per capita* de uma família é função: *a*) da capacidade de geração de renda dos membros adultos,³⁸ e *b*) do número de pessoas entre as quais essa renda deve ser compartilhada. Evidentemente, quanto maior a renda dos adultos e menor a quantidade de membros para compartilhar esse montante, maior deverá ser a renda familiar *per capita*. Como as crianças, em geral, não geram renda para a família, quanto maior a proporção de adultos, mais elevada será a renda familiar *per capita*. Assim sendo, a *proporção de adultos* é a forma mais direta pela qual os fatores demográficos interferem na renda familiar *per capita*, e, portanto, é o primeiro fator determinante a ser analisado.

De cada 4 brasileiros, 3 são adultos (têm 15 anos ou mais), sendo a renda média destes igual a R\$ 550/mês aproximadamente. Levando em consideração as crianças (menores de 15 anos), chega-se a uma renda familiar *per capita* nacional muito próxima a R\$ 400/mês.

As disparidades demográficas não constituem, necessariamente, um fator de promoção de desigualdade de renda. Se, por exemplo, as famílias mais ricas fossem aquelas que têm um maior número de filhos, então as diferenças demográficas entre pobres e ricos atuariam no sentido de reduzir o grau de desigualdade de renda. Entretanto, geralmente são as famílias mais pobres aquelas que tendem a apresentar uma maior razão de dependência (maior número de crianças por adulto na família), o que faz com que as disparidades demográficas acabem contribuindo para aumentar a desigualdade de renda *per capita*. De fato, se a proporção de adultos fosse a mesma em todas as famílias brasileiras, a desigualdade de renda seria 10% inferior à observada.³⁹

Transferências

A renda por adulto pode ter ao menos três origens: o trabalho, as transferências públicas e privadas e o rendimento de ativos. Em 2004 no Brasil, 76% da renda das famílias se originava do trabalho, 21% das transferências e 3% dos ativos. Boa parte da desigualdade de renda entre famílias resulta do acesso desigual a essas três fontes.⁴⁰

No Brasil, o volume de transferências do governo para as famílias é substancial. Considerando apenas o montante captado pela Pnad 2004, são R\$ 160 bilhões por ano, o que representa 90% do total das transferências recebidas pelas famílias. Parte desses recursos não está vinculada a contribuições prévias e, portanto, representa em sua totalidade subsídios às famílias que deles se beneficiam. Esse é o caso dos recursos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família. Contudo, a maior parte constitui transferências vinculadas, em alguma extensão, a contribuições passadas, como é o caso das aposentadorias. Porém, na medida em que o volume transferido é maior do que o

38. A hipótese subjacente aqui e ao longo de todo o texto é que apenas os membros adultos da família possuem renda. Embora a Pnad mostre que existem crianças trabalhando e recebendo por isso, a renda das crianças representa uma parcela muito pequena da renda total das famílias, mesmo entre as mais pobres. Na análise que segue a renda das crianças foi atribuída ao chefe da família. Dessa forma, pudemos ignorar a renda das crianças sem alterar a renda familiar.

39. Ver Herran (2005, p. 63).

40. Sobre a comparação da renda e sua evolução recente, veja Lavinás e Nicoll (2006).

valor das contribuições passadas, essas transferências são também, em parte, subsídios às famílias que delas se beneficiam.

Três características das transferências afetam seu impacto sobre a desigualdade de renda: *a*) a magnitude dos benefícios oferecidos; *b*) o grau de cobertura (que proporção das famílias brasileiras é atendida); *c*) o grau de concentração do atendimento na população mais carente. Seu impacto redistributivo será mais elevado quanto mais generosos forem os benefícios e maiores forem os graus de cobertura e atendimento dos mais carentes. Por estarem mais bem distribuídas que as demais fontes de renda, mesmo representando 20% da renda das famílias brasileiras, são responsáveis por apenas cerca de 10% da desigualdade de renda no país.⁴¹

Rendimento de ativos

As informações das Pnads permitem identificar dois tipos de rendimentos de ativos: *a*) aluguéis; e *b*) juros e dividendos.⁴² Em 2004, segundo essa fonte, o volume total de recursos de aluguéis recebidos diretamente pelas famílias era de R\$ 14 bilhões a.a., enquanto os rendimentos derivados de juros e dividendos somavam R\$ 6 bilhões a.a. Conforme vimos na subseção 4.3, uma comparação com as Contas Nacionais revela um elevado grau de subestimação. Segundo essa fonte, a renda monetária das famílias derivada de aluguéis, juros e dividendos é de R\$ 80 bilhões ao ano (veja tabela 4a). Como a evidência é de que esse grau de subestimação não se alterou recentemente, ele não deve ter tido impacto significativo sobre a queda da desigualdade (ver subseção 4.3).

Ao contrário do que ocorre com as transferências, os rendimentos de ativos tendem a estar muito concentrados em famílias de mais alta renda. Assim, apesar de representarem apenas 3% da renda das famílias, cerca de 10% da desigualdade de renda decorre do acesso desigual aos rendimentos de ativos.⁴³

Mercado de trabalho

O mercado de trabalho afeta a renda das famílias por dois mecanismos: *a*) o acesso ao trabalho, uma vez que apenas os indivíduos ocupados auferem renda do trabalho; e *b*) a forma como remunera os indivíduos ocupados. Assim, a remuneração do trabalho de uma família depende da proporção dos membros adultos que se encontram ocupados e da remuneração dos ocupados.

Em 2004, apenas 62% da população adulta (15 anos ou mais) encontrava-se economicamente ativa e desta, 9% estava desempregada. Quanto maior a taxa de participação e menor a taxa de desemprego entre os mais pobres, mais baixo deverá ser o grau de desigualdade de renda. No Brasil, cerca de 5% da desigualdade de renda entre famílias resulta do acesso diferenciado que seus membros têm ao mercado de trabalho.⁴⁴

41. Ver tabela 1 e Herran (2005, p. 63).

42. Na verdade, a informação de juros e dividendos na Pnad é captada junto com a informação sobre transferências como as do BPC, Bolsa Família e outros. As estimativas aqui apresentadas foram obtidas separando as transferências dos rendimentos financeiros a partir do conhecimento de valores típicos das transferências. Para maiores detalhes veja Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2006d).

43. Ver Herran (2005, p. 63).

44. Ver Herran (2005, p. 63).

No que diz respeito à remuneração do trabalho, esta constitui um dos fatores de maior peso na determinação da desigualdade de renda observada. Se todos os trabalhadores do país recebessem a mesma remuneração, mais de 60% da desigualdade em renda familiar *per capita* seria eliminada.⁴⁵ Essa elevada contribuição resulta da alta participação da renda do trabalho na renda total das famílias e das grandes diferenças de remuneração existentes entre trabalhadores. Por exemplo, a remuneração média dos 20% mais bem remunerados é 17 vezes a dos 20% mais mal remunerados.⁴⁶

Contudo, é importante reconhecer que apenas parte da desigualdade de remuneração entre trabalhadores é gerada pelo mercado de trabalho. Em grande medida, este se restringe a revelar desigualdades preexistentes em qualificação e experiência da força de trabalho.⁴⁷ Diversos estudos apontam que apenas as diferenças em anos de escolaridade explicam cerca de 30% da desigualdade de remuneração entre os trabalhadores brasileiros.⁴⁸ Diferenças de experiência tipicamente explicam outros 10%.⁴⁹ Estima-se que cerca de 30% da desigualdade de renda entre famílias resulta de disparidades de remuneração reveladas pelo mercado de trabalho.⁵⁰

O mercado de trabalho gera desigualdade na medida em que remunera de forma diferenciada trabalhadores de igual produtividade potencial.⁵¹ Existem essencialmente duas formas pelas quais o mercado de trabalho pode gerar desigualdade.⁵²

A primeira delas é a segmentação. Esta ocorre quando trabalhadores com as mesmas características produtivas e não-produtivas em distintos segmentos do mercado de trabalho são remunerados de forma diferenciada. Essa desigualdade é tipicamente a existente entre trabalhadores com características observáveis idênticas (cor, idade, gênero etc.), mas localizados em distintos setores, regiões ou nos mercados formal e informal. Estima-se que as diferentes formas de segmentação do mercado de trabalho brasileiro explicam cerca de 20% da desigualdade de remuneração entre trabalhadores e 15% da desigualdade de renda entre famílias.⁵³

A segunda é a discriminação. Tecnicamente, dizemos que existe discriminação salarial quando trabalhadores igualmente produtivos, que têm a mesma ocupação e estão inseridos

45. Ver Herrán (2005, p. 63) e Barros, Carvalho e Franco (2004).

46. Barros *et al.* (2006c) e Ramos (2006).

47. A decomposição da desigualdade salarial entre o componente revelado e o gerado pelo mercado de trabalho e os conceitos envolvidos podem ser encontrados em Barros e Mendonça (1993; 1996).

48. A análise da importância da educação para explicar a desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil remonta ao trabalho pioneiro de Langoni (1973). Após intenso debate acadêmico, esse tema foi retomado a partir do final da década de 1980 e com especial intensidade na de 1990. De maneira geral, todos os artigos apontam para uma elevada importância da educação na determinação da desigualdade de rendimentos. Ver Almeida Reis e Barros (1991), Leal e Werlang (1991), Ferreira, Leite e Litchfield (2006), Barros, Henriques e Mendonça (2000), Fernandes e Menezes-Filho (2000), Menezes-Filho (2001a,b) e Ramos (2006).

49. Ver Herrán (2005, p. 65).

50. Ver Herrán (2005, p. 63).

51. Dizemos que dois trabalhadores têm a mesma produtividade potencial quando são perfeitos substitutos na produção. Isto é, para qualquer posto de trabalho, se substituirmos um pelo outro, a produtividade não será alterada.

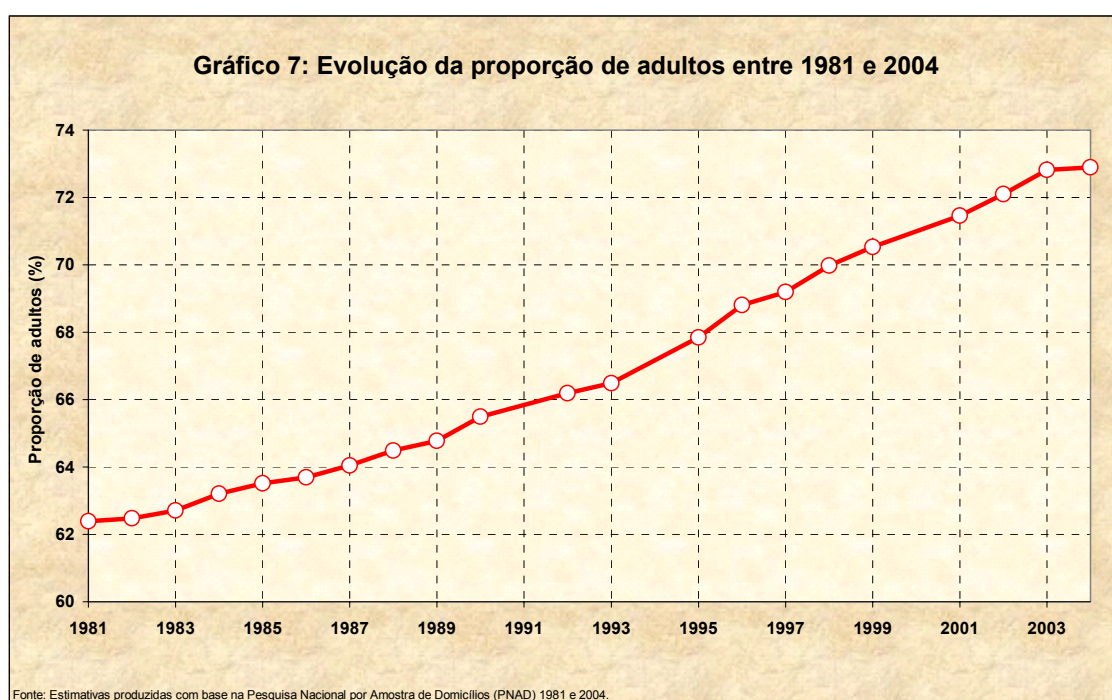
52. Para uma visão em detalhes dos dois mecanismos através dos quais o mercado de trabalho gera desigualdade, segmentação e discriminação, ver também Barros e Mendonça (1993;1996).

53. Ver Herrán (2005, p. 63 e 65).

no mesmo segmento produtivo do mercado de trabalho, recebem remunerações distintas. Quando pretos e brancos igualmente produtivos têm a mesma ocupação, no mesmo segmento do mercado de trabalho, e os brancos recebem remuneração maior, dizemos que existe discriminação salarial contra os pretos. Além da cor, trabalhadores podem ser discriminados por várias características, tais como idade, sexo, religião etc. Apesar de representar talvez a manifestação mais injusta da desigualdade, sua importância quantitativa é limitada, uma vez que responde por apenas 5% da desigualdade entre trabalhadores e por uma fração desprezível da desigualdade entre famílias.⁵⁴

5.2 A IMPORTÂNCIA DOS FATORES DEMOGRÁFICOS

Historicamente, a proporção de adultos vem aumentando no país (ver gráfico 7), uma vez que na última década o número de crianças permaneceu estagnado enquanto o número de adultos crescia cerca de 2,5% ao ano. Se esse aumento na proporção de adultos tivesse sido uniforme para todas as famílias, ele teria contribuído para o crescimento na renda *per capita* e para a redução na pobreza, mas não teria tido impacto direto nem sobre a desigualdade demográfica nem sobre a desigualdade de renda.



No entanto, entre 2001 e 2004, houve uma redução na desigualdade demográfica entre famílias e, portanto, a proporção de adultos não cresceu de maneira uniforme. Infelizmente, essa queda da desigualdade demográfica não veio tanto de uma aproximação do padrão demográfico de famílias pobres com o das famílias ricas, mas sim de uma homogeneização dentro de cada grupo de renda. A tabela 6 mostra que, embora a desigualdade demográfica entre grupos de renda represente 25% da total, sua contribuição para a redução da desigualdade demográfica ocorrida entre 2001 e 2004 foi de apenas 7%.

54. Ver Herran (2005, p. 65).

Tabela 6: Evolução da desigualdade demográfica no Brasil

				(%)
Desigualdade demográfica ¹	2001	2004	Variação (em pontos percentuais)	Contribuição da variação para a queda em desigualdade demográfica
Entre centésimos	2.53	2.49	-0.03	7
Intra centésimos	7.87	7.39	-0.47	93
Total	10.4	9.89	-0.51	100
Porcentagem da desigualdade total explicada pela desigualdade entre centésimos	24	25	0.90	-

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2004.

Nota 1: A medida de desigualdade utilizada é o quadrado do coeficiente de variação da proporção de adultos.

Para avaliar o quanto a demografia contribuiu para a queda recente do grau de desigualdade de renda, estimou-se qual teria sido a redução na desigualdade de renda entre 2001 e 2004 caso a proporção de adultos de cada família não se tivesse alterado. Na ausência dessas transformações, a queda da desigualdade de renda teria sido apenas 2% inferior à verificada.⁵⁵ Em outras palavras, as transformações demográficas contribuíram para explicar a queda da desigualdade de renda ocorrida entre 2001 e 2004, mas o seu impacto foi pequeno, bem inferior inclusive à sua contribuição para o nível da desigualdade no país.

5.3 A IMPORTÂNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA

Conforme vimos, a efetividade das transferências para reduzir a desigualdade de renda familiar *per capita* depende de mudanças no volume de recursos mobilizados e nos graus de cobertura e concentração do atendimento na população mais carente. Sempre que existir um aumento no volume de transferências associado a uma melhora na cobertura e na concentração do atendimento nos mais carentes, devemos observar uma redução no grau de desigualdade.

A partir das informações disponíveis na Pnad, é possível identificar a contribuição para a redução na desigualdade de três tipos de transferências: *a*) as pensões e aposentadorias públicas; *b*) o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e *c*) os benefícios do Bolsa Família e outros programas similares, como Peti, Bolsa Escola etc.

Entre 2001 e 2004, essas três modalidades de proteção expandiram o valor total de suas transferências. Pela Pnad, o valor total das pensões e aposentadorias públicas somado ao BPC passou de R\$ 140 bilhões para R\$ 150 bilhões, refletindo um aumento no gasto público de aproximadamente R\$ 10 bilhões. As transferências do Programa Bolsa Família e similares passaram de menos de R\$ 2 bilhões para mais de R\$ 4 bilhões por ano.⁵⁶

55. Ver Barros *et al.* (2006a e 2006b).

56. Veja Barros *et al.* (2006d) e também Kakwani, Neri e Son (2006a).

Mas qual foi o impacto dessas transformações nas transferências governamentais sobre a redução recente na desigualdade de renda? Para responder a essa pergunta, estimamos qual teria sido a redução na desigualdade de renda familiar *per capita* caso as transferências governamentais não se alterassem entre 2001 e 2004. Os resultados mostram que a queda da desigualdade teria sido 1/3 inferior à efetivamente verificada, o que aponta para uma elevada importância dessa fonte de renda.^{57,58}

Para isolar a contribuição específica de cada um dos componentes, estimamos separadamente em quanto teria declinado a desigualdade de renda familiar *per capita* se apenas um deles se modificasse. Os resultados obtidos apontam que os três componentes tiveram contribuições similares, em torno de 10% cada.^{59,60,61} Porém, é importante chamar a atenção para o fato de que, para gerar o mesmo impacto, o custo da expansão das aposentadorias e pensões no período foi de 4 a 5 vezes o do Bolsa Família e o do BPC.⁶²

Cabe ressaltar ainda que a contribuição das transferências governamentais como um todo e principalmente as contribuições particulares de cada componente do sistema de proteção são extremamente sensíveis à medida de desigualdade utilizada. O gráfico 8 revela que, quanto mais sensível à renda dos mais pobres é a medida, mais importante é a contribuição das transferências para a queda da desigualdade de renda ocorrida entre 2001 e 2004. Isso indica que as mudanças ocorridas nas transferências governamentais beneficiaram particularmente os mais pobres, sobretudo as mudanças decorrentes do Bolsa Família.⁶³ Em particular, quando consideramos a medida de desigualdade dada pela razão

57. Ver Barros *et al.* (2006d). Soares (2006) e Hoffmann (2006a) encontram um impacto menor para esta fonte de renda (para eles, a queda na desigualdade teria sido ¼ menor do que a efetivamente ocorrida caso as transferências não tivessem se alterado). Kakwani, Neri e Son (2006a), por sua vez, encontram um impacto maior (a desigualdade teria caído metade do que caiu se as transferências não tivessem se alterado). Veja também Medeiros *et al.* (2006a e 2006b) para uma análise semelhante considerando um período mais longo (1995 a 2004). Para uma análise que inclua os efeitos de equilíbrio geral, veja Cury, Leme e Pedroso (2006).

58. Portanto, a contribuição das transferências para a queda da desigualdade é bem superior tanto a sua contribuição para a renda das famílias, de 19%, como para o nível da desigualdade entre famílias, de 12% (ver Herran (2005, p. 63).

59. Veja Barros *et al.* (2006d). Esse resultado não é corroborado pelo trabalho de Hoffmann (2006a). Hoffmann encontra uma contribuição bem mais limitada para as aposentadorias e pensões.

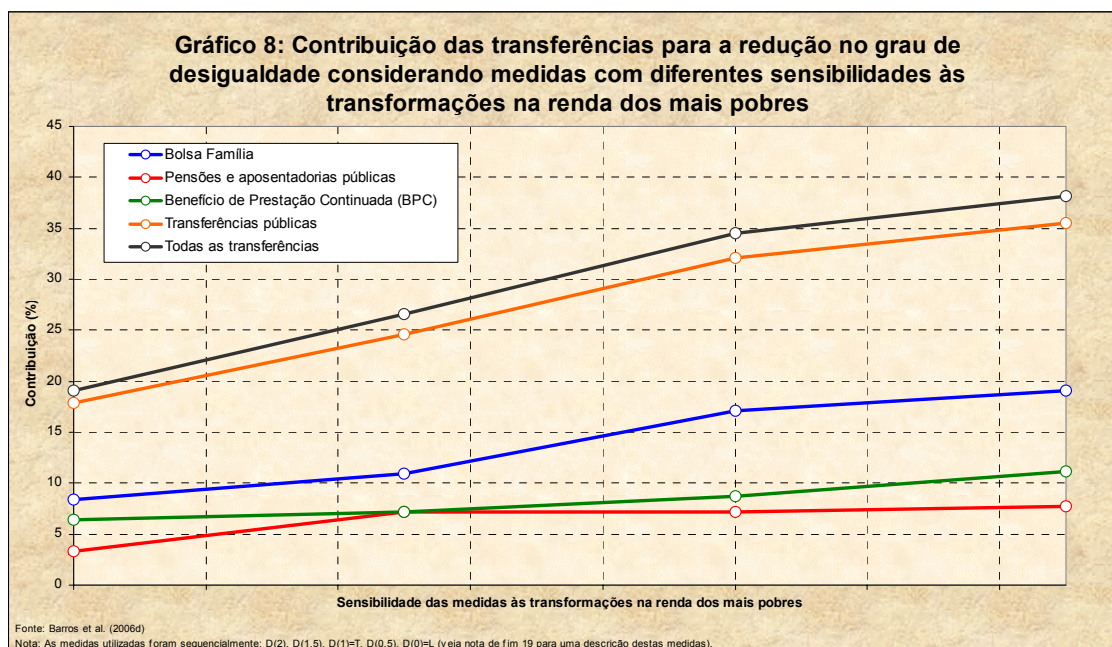
60. Há evidências de que o crescimento estimado para o BPC deva estar sobreestimado – e, portanto, também a sua contribuição para a queda da desigualdade. A razão decorre de uma combinação de dois fatores. De um lado, a tradicional dificuldade da Pnad de separação entre o BPC e os demais benefícios previdenciários, que caracteriza as informações referentes a 2001. Por outro lado, o fato de que, em 2004, com a introdução de um módulo especial com quesitos específicos sobre o BPC, a sua separação dos demais benefícios da previdência foi substancialmente facilitada.

61. Conforme Heckman (2006) enfatiza, embora transferências governamentais possam reduzir a desigualdade de renda de imediato, elas podem também gerar dependência e desestimular a oferta de trabalho, trazendo conseqüências negativas de longo prazo. A evidência sobre esta questão no Brasil é controversa. Por um lado, Barros, Carvalho e Franco (2006) não encontram qualquer impacto negativo do Bolsa Família sobre a taxa de participação feminina no mercado de trabalho. Já Camargo e Reis (2005) encontram evidências de impactos negativos da previdência sobre a oferta de trabalho de jovens. Conforme ressalta Bourguignon (2006), uma das grandes vantagens de programas como o Bolsa Família é justamente a exigência de condicionalidades. Essas levam a que o programa, além de reduzir a desigualdade no curto-prazo, possa ter um impacto estrutural de longo-prazo, na medida em que estimula investimentos em capital humano.

62. Sobre essa questão, veja, em particular, Kakwani, Neri e Son (2006a).

63. Hoffmann (2006a) também encontra que medidas mais sensíveis a mudanças na cauda inferior da distribuição de renda apontam para um maior impacto das transferências, embora, em sua definição de transferências, as pensões e aposentadorias não estejam incluídas.

entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres, o efeito positivo do Bolsa Família ultrapassa em muito os efeitos tanto do BPC como das pensões e aposentadorias públicas (ver tabela 7).



O Bolsa Família não só beneficiou mais os pobres, como também baseou sua expansão em aumento de cobertura e não em aumento no valor do benefício entre os que já o recebiam. De fato, toda a sua contribuição para a redução na desigualdade veio do aumento de cobertura.⁶⁴ O mesmo ocorreu com o BPC. No caso das pensões e aposentadorias públicas ocorreu o contrário, com apenas uma fração irrisória de sua contribuição para a queda da desigualdade vindo da expansão da cobertura. Esses resultados são resumidos na tabela 7.

Tabela 7: Contribuição de cada componente das transferências e do aumento nos respectivos graus de cobertura para a redução na desigualdade de renda familiar per capita

Simulações	Contribuição para redução na desigualdade em renda per capita		Contribuição do aumento na cobertura para redução na desigualdade em renda per capita (Coeficiente de Gini)
	Razão entre os 20% superiores e os 20% inferiores	Coeficiente de Gini	(%)
Bolsa Família	27	14	19
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	14	9	8
Aposentadorias e pensões do Instituto de Previdência ou Governo Federal	1	11	1
Transferências privadas	3	3	0

Fonte: Barros et al. (2006d)

64. Barros *et al.* (2006d).

E o que dizer das transferências privadas? De acordo com a Pnad 2004, cerca de 2% da renda das famílias vêm de transferências privadas, que correspondem a 10% do total de transferências. Nem o volume de transferências privadas nem o número de beneficiários sofreram uma expansão significativa no período. Conseqüentemente, essas transformações pouco contribuíram para a redução na desigualdade de renda estudada.⁶⁵

Por fim, temos que, ao longo dos últimos anos, as transferências como um todo (governamentais e privadas) passaram a beneficiar mais os pobres. De fato, em 2001, elas representavam uma parcela maior da renda dos 20% mais ricos que a dos 20% mais pobres. Em 2004, esse quadro se reverte, com a participação das transferências na renda dos mais pobres tendo aumentado em 5 p.p. Caso o grau de atendimento aos pobres se mantivesse o mesmo de 2001, o grau de desigualdade teria declinado 15% menos do que o efetivamente observado.⁶⁶

5.4 A IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DE ATIVOS

Segundo a Pnad, o rendimento de ativos em 2004 era de R\$ 20 bilhões a.a. e se manteve praticamente inalterado durante todo o período analisado. Também a proporção de adultos com acesso a essa fonte de renda permaneceu estável no período, em torno de 3%. Tomando como referência as Contas Nacionais, o item “renda da terra, de juros, dividendos e retiradas” não se alterou.⁶⁷ A taxa de juros real (Selic) inclusive declinou ligeiramente, em 1 p.p.⁶⁸ Em consonância com esses resultados, diversos estudos mostram que os rendimentos de ativos em nada contribuíram para o declínio no grau de desigualdade de renda do país.⁶⁹

Diante do exposto, se por um lado é incontestável que esses rendimentos encontram-se subestimados pela Pnad, por outro não parece existir evidência de que eles tenham interferido na queda recente da desigualdade de renda brasileira.⁷⁰

5.5 A IMPORTÂNCIA DE ACESSO AO TRABALHO, DESEMPREGO E PARTICIPAÇÃO

Ao longo do período 2001-2004, o número de postos de trabalho disponíveis aumentou de 73 milhões para 80 milhões. Esse crescimento foi mais acelerado que o da população em idade ativa (PIA). Como conseqüência, a taxa de participação aumentou e a de desemprego declinou. De fato, a taxa de participação cresceu 1,4 p.p., tendo passado de 60,2% para 61,6%. A taxa de desemprego, entretanto, declinou apenas 0,4 p.p., passando de 9,5% para 9,1%. Apesar dessa queda na taxa de desemprego, o número de trabalhadores desempregados aumentou de 7,7 milhões para 8,0 milhões.

65. Barros *et al.* (2006d) estimam que mudanças nas transferências não-governamentais contribuem com menos de 3% da queda da desigualdade.

66. Barros *et al.* (2006b) mostram que, se a associação entre renda do trabalho e não-trabalho não se tivesse alterado, a queda da desigualdade teria sido 15% menor.

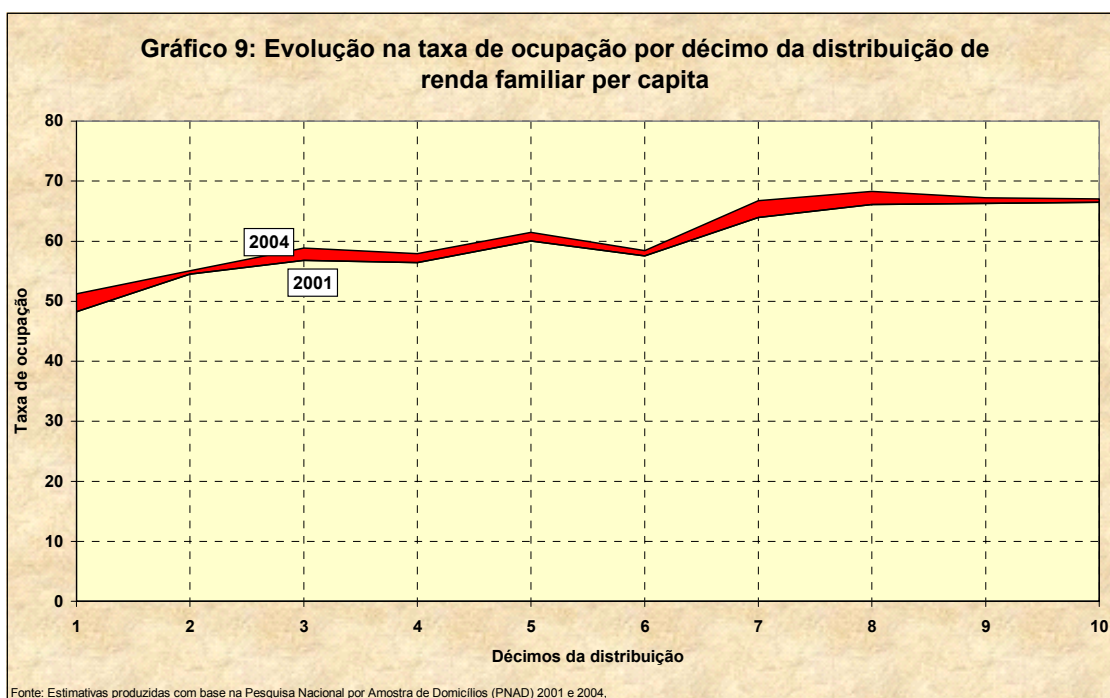
67. Ver seção 4.3.

68. Fonte: Ipeadata.

69. Ver Barros *et al.* (2006d) e Hoffmann (2006a).

70. A contribuição de mudanças na distribuição da remuneração de ativos para a queda da desigualdade de renda familiar *per capita* ocorrida entre 2001 e 2004 é muito inferior à contribuição dessa fonte para o nível de renda das famílias, de 3%, e também muito inferior à importância dessa fonte para o grau de desigualdade de renda entre as famílias, de 10% (ver Herran (2005, p. 63).

Essas transformações contribuíram para reduzir o grau de desigualdade de renda, ainda que de forma modesta. Se a taxa de participação não tivesse crescido e a de desemprego declinado, a queda do grau de desigualdade teria sido 3% inferior à que efetivamente ocorreu.⁷¹ A contribuição da criação de postos de trabalho para a redução da desigualdade foi limitada porque muitos dos postos de trabalho gerados foram ocupados por trabalhadores em famílias em que já havia outras pessoas ocupadas. Para que o impacto da maior absorção de mão-de-obra sobre a desigualdade seja o maior possível, é necessário que os beneficiados do aumento no emprego vivam em famílias em que poucos adultos encontram-se ocupados. Entretanto, como o gráfico 9 revela, o padrão recente de variação da taxa de ocupação dos adultos não favoreceu particularmente os mais pobres.⁷²



5.6 A IMPORTÂNCIA DA DISTRIBUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHO

No Brasil, a desigualdade de remuneração do trabalho⁷³ declinou acentuadamente entre 2001 e 2004 (ver gráfico 10).⁷⁴ Dado que 76% da renda das famílias brasileiras vem do trabalho, a queda da desigualdade de rendimentos dessa fonte contribuiu muito para o declínio da desigualdade de renda entre as famílias. Caso essas mudanças não tivessem

71. Ver Barros *et al.* (2006a e 2006b).

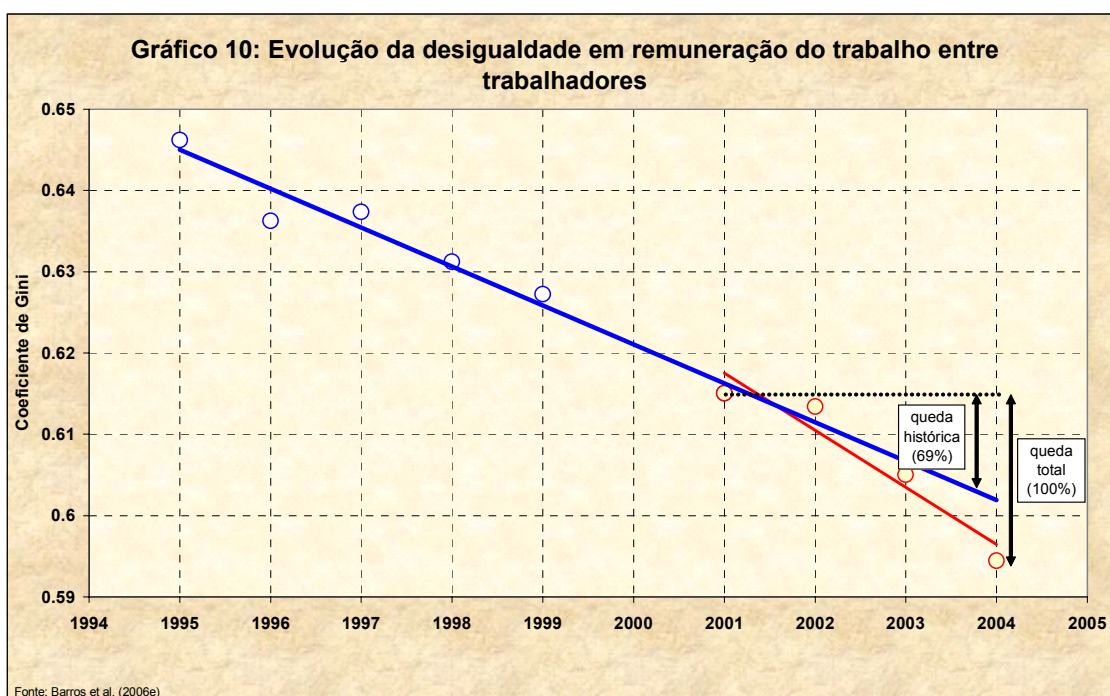
72. Veja também Kakwani, Neri e Son (2006a).

73. Nesse caso, estamos nos referindo à desigualdade de renda de todos os trabalhos e apenas entre os trabalhadores ocupados.

74. Utilizando diferentes medidas de desigualdade, Ramos (2006), Menezes-Filho (2006), Ulyseia (2006), Azevedo e Foguel (2006) e Hoffmann (2006b) também mostram que a desigualdade de rendimentos do trabalho não apenas declinou de forma substantiva no período 2001-2004 como vem apresentando um expressivo declínio ao longo de todo o período pós-Real. Veja também Kakwani, Neri e Son (2006a).

ocorrido, a desigualdade de renda *per capita* teria caído apenas metade do que efetivamente se observou.^{75, 76}

Embora a tendência de queda da desigualdade de renda entre famílias seja um fenômeno recente, a desigualdade de rendimento do trabalho vem declinando durante toda a última década.⁷⁷ De fato, o gráfico 10 revela que, ao menos desde 1995, a desigualdade de renda do trabalho vem declinando de forma sistemática. Também mostra que apesar dessa queda sistemática ter começado já há vários anos, existe uma clara aceleração recente. Com efeito, a queda do índice de Gini prevista para o período 2001-2004 a partir de sua evolução histórica é apenas 2/3 da efetivamente verificada. Portanto, embora a desigualdade da renda do trabalho venha apresentando uma tendência de queda ao longo de todo o período pós-Real, o período recente se caracterizou por uma aceleração desse processo, o que explica metade da queda recente da desigualdade de renda entre as famílias.



Nas próximas seções, é feita uma análise dos possíveis determinantes da queda da desigualdade de renda do trabalho. Nosso objetivo com isso é esclarecer em que medida essas transformações foram geradas pelo mercado de trabalho ou apenas reveladas por ele. Começaremos avaliando o quanto foi revelado pelo mercado de trabalho.

75. Barros *et al.* (2006a) mostram que, se a renda do trabalho não se alterasse entre 2001 e 2004, a queda da desigualdade teria sido 45% menor. Barros *et al.* (2006e), usando outra metodologia, encontram uma contribuição de 43% para as mudanças na renda do trabalho.

76. Apesar da grande importância desse fator para a queda da desigualdade, suas contribuições para o nível de renda, de 76%, e para o grau de desigualdade de renda entre famílias, de 61%, são ainda mais elevadas. Assim, apesar de ser um dos fatores mais importantes para explicar a queda recente da desigualdade no país, sua contribuição para a queda é bem inferior à sua contribuição para o nível da desigualdade e da renda per capita.

77 Por causa das dificuldades de interpretação no período pré-Plano Real, marcado por elevadas taxas de inflação, optamos por concentrar nossa atenção no período pós-Plano Real.

5.7 DESIGUALDADE REVELADA: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLARIDADE

Como mencionado anteriormente, cerca de 30% da desigualdade em remuneração do trabalho decorre de diferenças de escolaridade entre trabalhadores, sendo o mercado de trabalho, nesse caso, apenas um tradutor de desigualdade educacional em desigualdade de remuneração.

A desigualdade revelada pelo mercado de trabalho, entretanto, não é determinada só pela magnitude da desigualdade educacional entre os trabalhadores. Ela também depende da forma como o mercado valoriza essas diferenças de escolaridade. Em alguns mercados, pequenas diferenças educacionais podem levar a pequenos diferenciais de remuneração, enquanto, em outros, essas mesmas diferenças educacionais podem levar a gigantescos diferenciais de remuneração. Portanto, a desigualdade de renda revelada pelo mercado depende tanto da desigualdade educacional como da magnitude das diferenças de remuneração entre trabalhadores com distintos níveis de escolaridade (diferenças de remuneração por nível educacional). Dados dois mercados com igual desigualdade educacional, o que apresentar menor diferencial de remuneração por nível educacional terá também a menor desigualdade de renda revelada. Analogamente, dados dois mercados que valorizem igualmente diferenças de escolaridade, aquele que apresentar menor desigualdade educacional terá também a menor desigualdade de renda revelada.

Portanto, para que escolaridade tenha contribuído para a queda da desigualdade de remuneração e, conseqüentemente, para a queda da desigualdade de renda familiar *per capita*, é necessário que tenham declinado a desigualdade educacional da força de trabalho ou os diferenciais de remuneração por nível educacional ou ambos. Ao longo do período 2001-2004, ambos declinaram, contribuindo para a queda da desigualdade de renda entre famílias. Em conjunto, explicam 1/3 da queda da desigualdade em remuneração do trabalho e 15% da queda da desigualdade em renda familiar *per capita*.⁷⁸

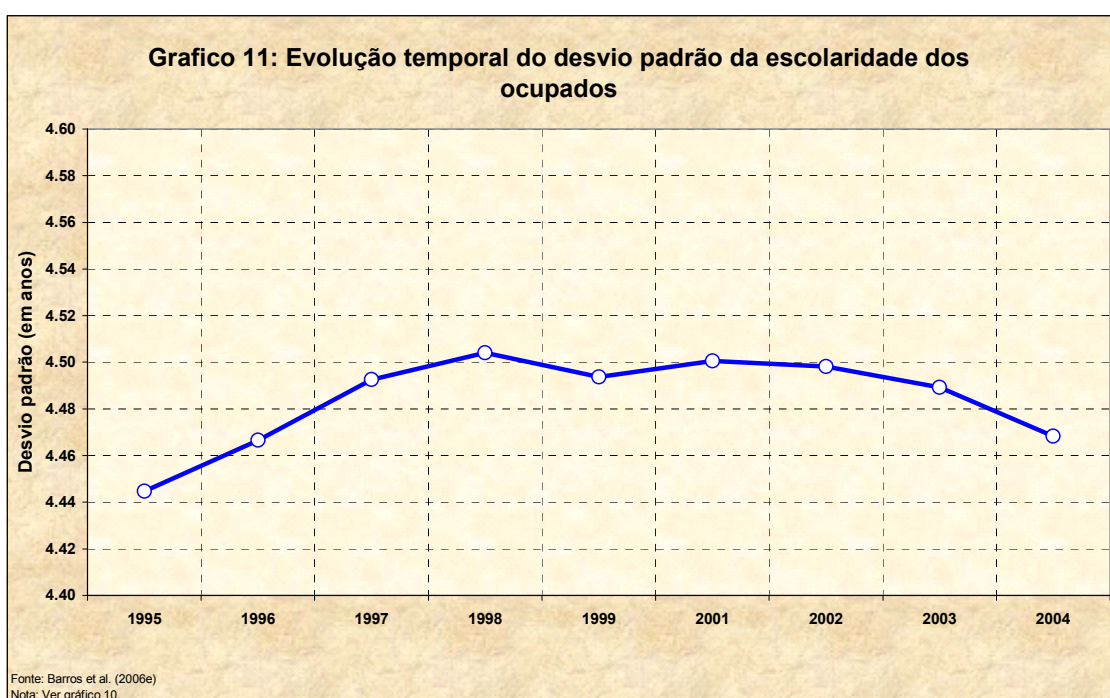
No que se refere à desigualdade educacional, entre 2001 e 2004 a força de trabalho tornou-se ligeiramente mais homogênea (ver gráfico 11). Essa homogeneização foi responsável por um pouco mais de 10% da queda da desigualdade de renda do trabalho e por cerca de 5% da queda da desigualdade em renda familiar *per capita*.⁷⁹

78. Ver Barros *et al.* (2006e). Menezes-Filho (2006) obteve resultados similares utilizando metodologia alternativa.

79. Ver Barros *et al.* (2006e). Também nesse ponto, Menezes-Filho (2006) obteve resultados similares utilizando metodologia alternativa.

Com relação às diferenças de remuneração por nível educacional, estas caíram consideravelmente no mesmo período (ver gráfico 12A), contribuindo com quase 20% da queda da desigualdade de renda do trabalho e com 10% da queda da desigualdade em renda familiar *per capita*. Portanto, esse fator foi pelo menos duas vezes mais importante do que a queda da desigualdade educacional para explicar a queda da desigualdade de renda familiar *per capita*.^{80, 81}

A homogeneização da escolaridade da força de trabalho é um fenômeno recente. Até 2001, a desigualdade educacional vinha aumentando⁸² e, portanto, não contribuía para a queda da desigualdade em remuneração do trabalho ocorrida até aquele ano. Por ser um evento recente, a homogeneização explica em parte a queda mais intensa da desigualdade de remuneração do trabalho ocorrida nos últimos anos.⁸³



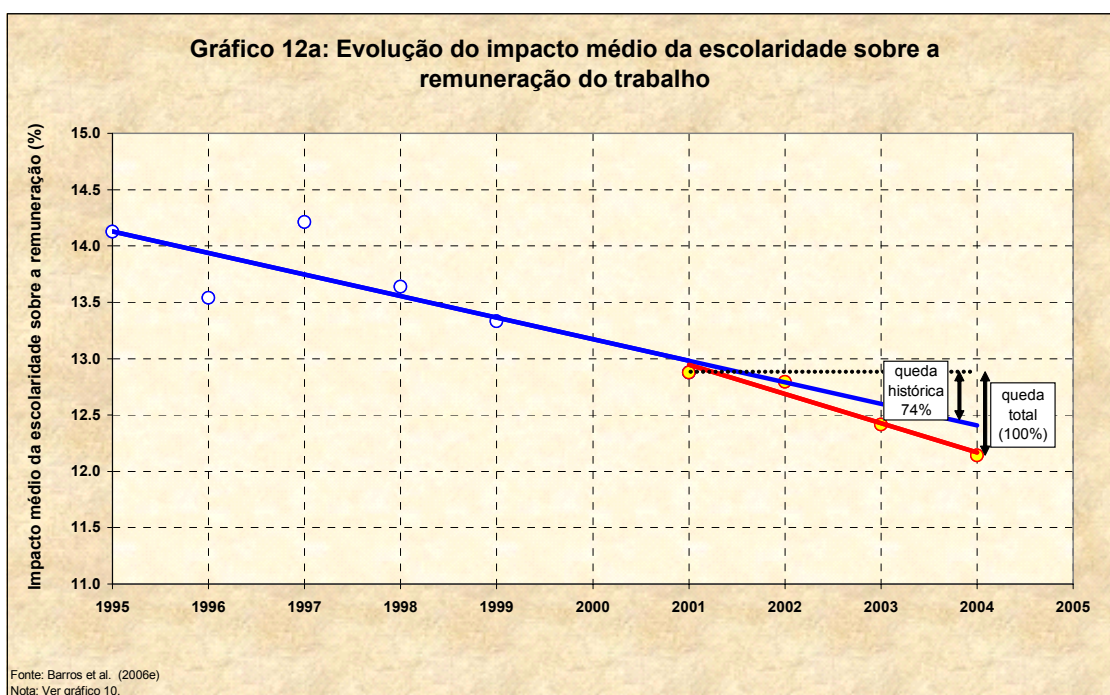
80. Ver de novo Barros *et al.* (2006e) e Menezes-Filho (2006).

81. Em termos mais gerais, diversos estudos mostram que a queda da desigualdade em remuneração do trabalho que vem ocorrendo desde o Plano Real resulta fundamentalmente de reduções nos diferenciais de salários entre diferentes grupos de trabalhadores e, em particular, por nível educacional. As mudanças na composição e alocação da força de trabalho, de acordo com esses estudos, tiveram uma contribuição pequena para a queda da desigualdade e, em alguns casos, até perversa (Menezes-Filho, Fernandes, e Picchetti (2003); Firpo e Reis (2006); Ulyssea (2006); Azevedo e Foguel (2006).

82. Sobre a evolução da desigualdade educacional, ver também Ulyssea (2006) e Kakwani, Neri e Son (2006a).

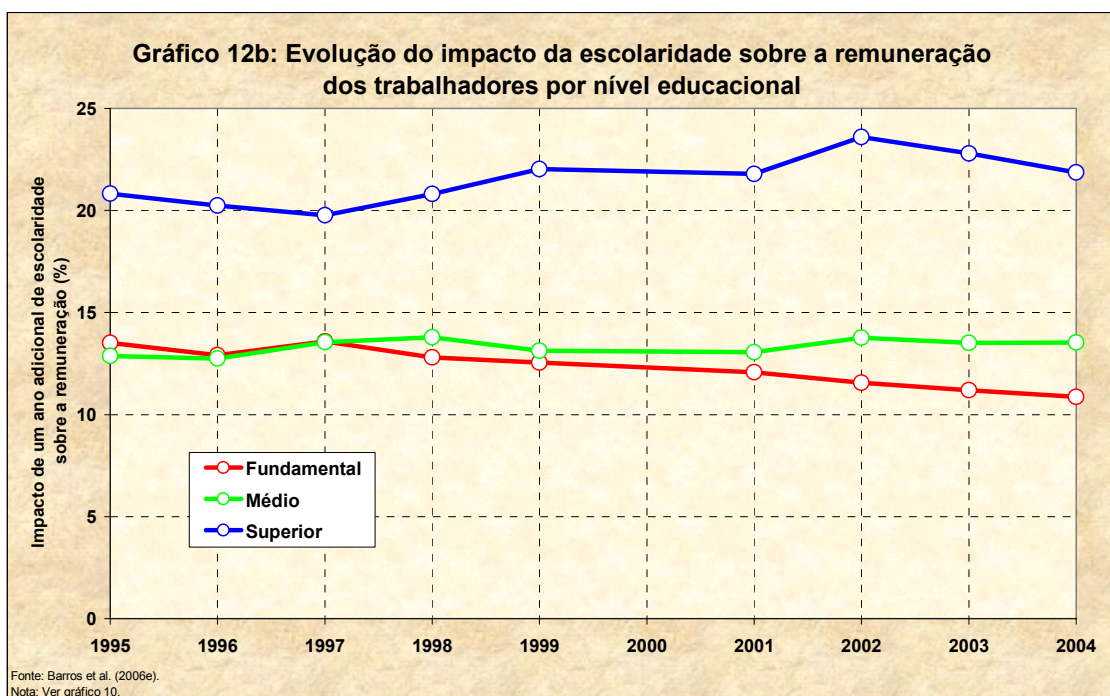
83. Ver Menezes-Filho (2006).

Os diferenciais de remuneração por nível educacional, ao contrário da desigualdade educacional, vêm declinando continuamente desde o Plano Real (ver gráfico 12A). No entanto, esses diferenciais não caíram uniformemente para todos os níveis educacionais, tendo a queda sido bem mais acentuada no ciclo fundamental (ver gráfico 12B).⁸⁴ De fato, o diferencial de remuneração entre os trabalhadores com o ensino médio completo e os com o fundamental completo permaneceu estável, enquanto o diferencial entre aqueles com ensino superior completo e os com ensino médio completo cresceu ligeiramente (ver gráfico 12B). Essa queda nos diferenciais de remuneração por nível educacional vem sendo um dos principais fatores responsáveis pela contínua queda da desigualdade em remuneração do trabalho no período. Existem, entretanto, evidências de que essa queda se acelerou a partir de 2001 (ver gráfico 12A), o que, em parte, também ajuda a explicar a concomitante aceleração na queda da desigualdade de remuneração do trabalho.⁸⁵



84 Veja também Barbosa e Pessoa (2006), Menezes-Filho (2001b) e Kakwani, Neri e Son (2006a).

85. Ver de novo Menezes-Filho (2006) e Ulyssea (2006).



5.8 OUTRA DESIGUALDADE REVELADA: O PAPEL DA EXPERIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

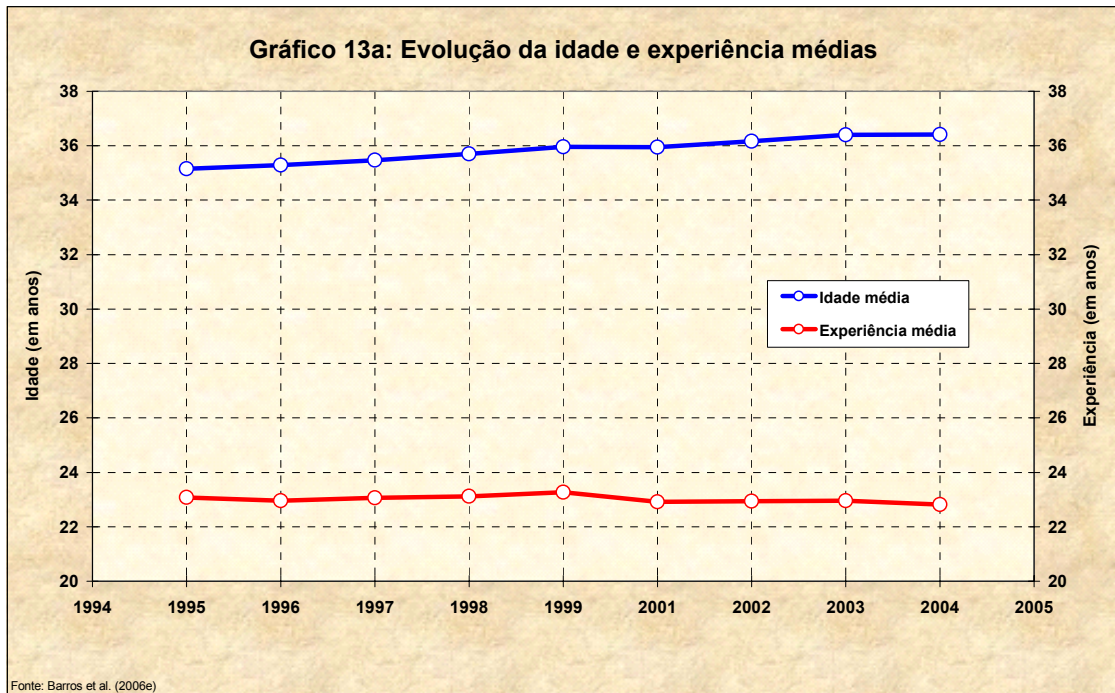
A produtividade intrínseca dos trabalhadores não é determinada apenas pela escolaridade que possuem. Sua experiência geral no mercado de trabalho e em particular no posto que atualmente ocupam também importa. Por conseguinte, parte da desigualdade revelada pelo mercado de trabalho tem origem nos diferenciais de experiência entre trabalhadores. Cerca de 10% da desigualdade brasileira em remuneração do trabalho resulta dessas disparidades.⁸⁶

A redução no trabalho precoce, o aumento da escolaridade e a entrada cada vez mais tardia dos jovens no mercado têm tornado a força de trabalho cada vez mais velha, porém com menor experiência (ver gráfico 13A). Concomitantemente, a heterogeneidade etária e, em menor medida, a heterogeneidade em experiência estão diminuindo, o que contribui para a queda das desigualdades de remuneração e de renda familiar *per capita* (ver gráfico 13B). No entanto, como essas disparidades estão se reduzindo de forma muito lenta, sua contribuição para a queda da desigualdade tem sido limitada.⁸⁷

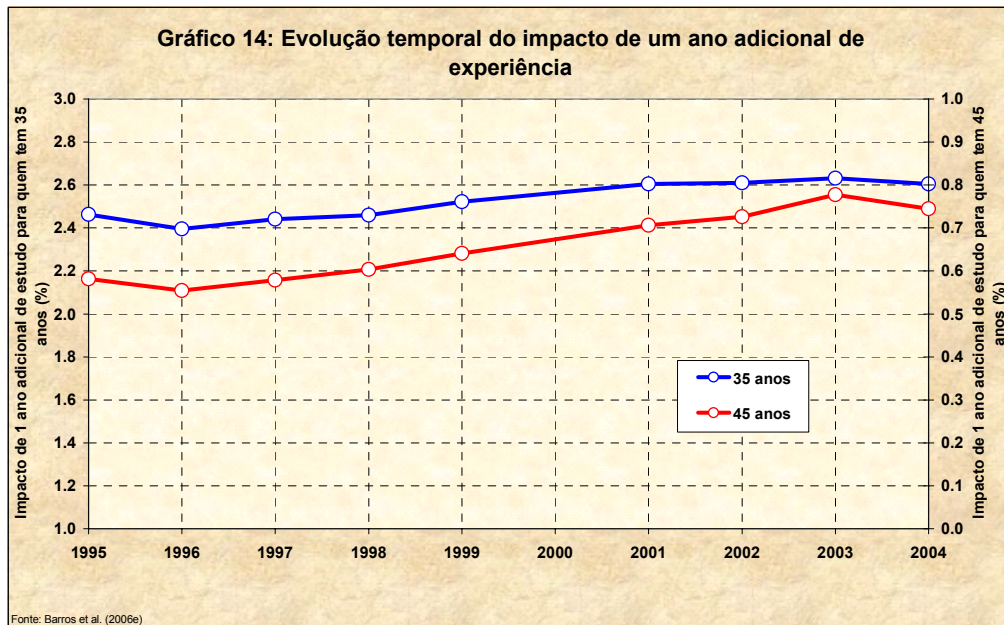
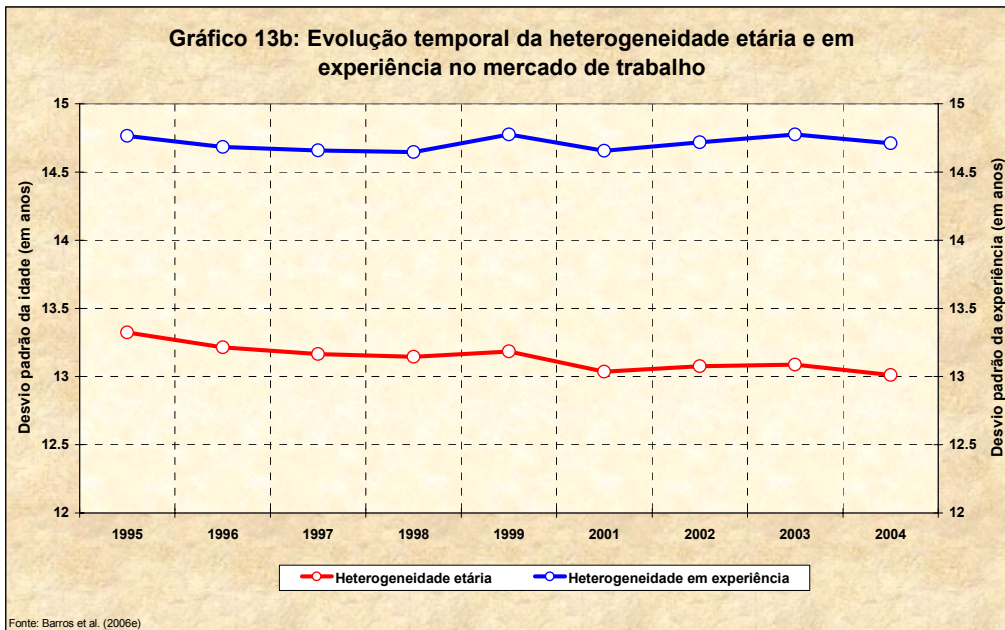
86. Ver Herrán (2005) e Barros, Carvalho e Franco (2004).

87. Ver Barros *et al.* (2006e).

Porém, a contribuição da experiência para a desigualdade de renda não depende apenas de sua heterogeneidade. Assim como no caso da educação, a desigualdade revelada depende também da forma como o mercado remunera trabalhadores com diferentes níveis de experiência. Os diferenciais de remuneração por idade ou por experiência no mercado de trabalho têm crescido lenta e sistematicamente ao longo da última década (ver gráfico 14) e, portanto, não podem explicar reduções na desigualdade de renda.⁸⁸



88. Ramos (2006) mostra que a contribuição do componente idade dos trabalhadores para a desigualdade de salários é baixa e se manteve estável entre 2001 e 2004.



Em suma, essas duas forças estão atuando em sentidos opostos. Enquanto a queda da heterogeneidade da força de trabalho contribuiu para reduzir a desigualdade de renda, o aumento nos diferenciais de remuneração por idade e por experiência tiveram o efeito contrário. O resultado líquido pode ser ignorado.⁸⁹

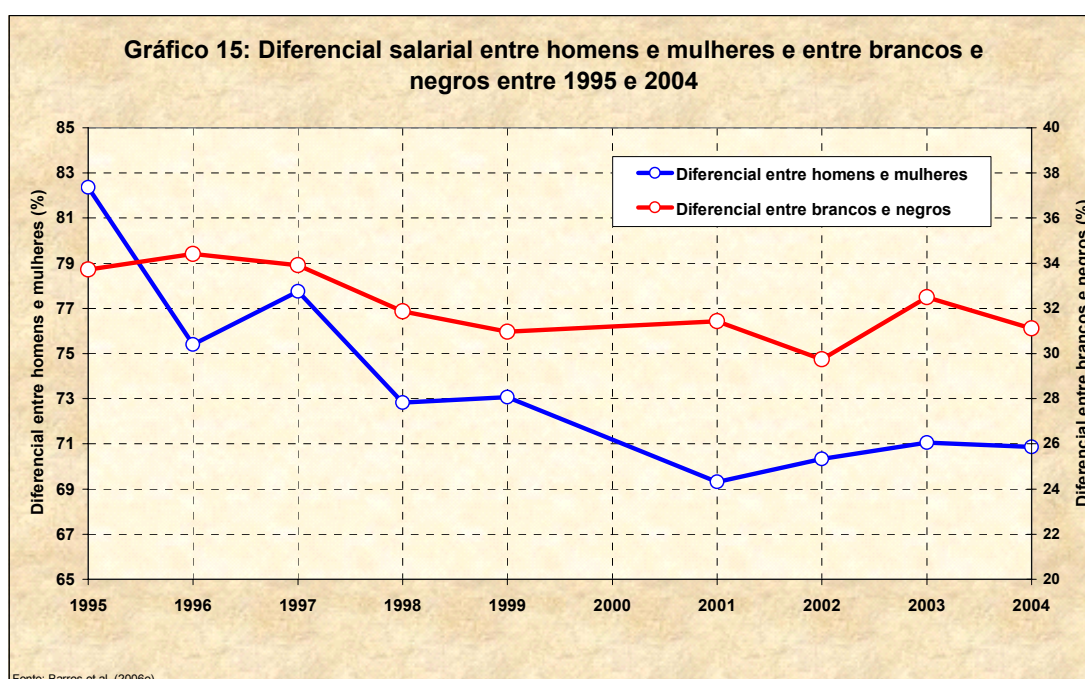
5.9 DESIGUALDADE GERADA: DISCRIMINAÇÃO SALARIAL POR RAÇA E GÊNERO

Vimos que o mercado de trabalho não apenas revela desigualdades preexistentes, mas também gera certas desigualdades de remuneração. No Brasil, como em praticamente todos

89. Ver Barros *et al.* (2006e). Azevedo e Foguel (2006) mostram que a desigualdade entre grupos de experiência permaneceu estável entre 2001 e 2004.

os países, a remuneração das mulheres é muito inferior à dos homens: em 2004, homens com as mesmas características observáveis que as mulheres recebiam remuneração 70% maior. Embora esses diferenciais tenham declinado de 1993 a 2001, desde então eles têm se mantido relativamente estáveis e com uma leve tendência de alta no período 2001-2004 (ver gráfico 15).⁹⁰ Como a discriminação por gênero não declinou, ela não foi umas das causas por trás da queda recente da desigualdade de renda *per capita* brasileira.⁹¹

Também é alto no Brasil o diferencial de remuneração do trabalho entre brancos e negros. Esses diferenciais, entretanto, são bem inferiores aos correspondentes diferenciais por gênero (ver gráfico 15): os brancos com características observáveis idênticas às dos negros têm uma remuneração 30% mais elevada. Embora esses diferenciais venham declinando ao longo da última década, sua importância quantitativa para explicar a queda recente da desigualdade de renda no país é desprezível.⁹²



5.10 OUTRAS DESIGUALDADES GERADAS: SEGMENTAÇÃO ESPACIAL

Em um país continental como o Brasil, integrar os mercados de trabalho regionais é um ideal difícil de ser alcançado. Com base nas informações disponíveis, é possível investigar ao menos três tipos de segmentação espacial e suas respectivas contribuições para a queda recente da desigualdade de renda.

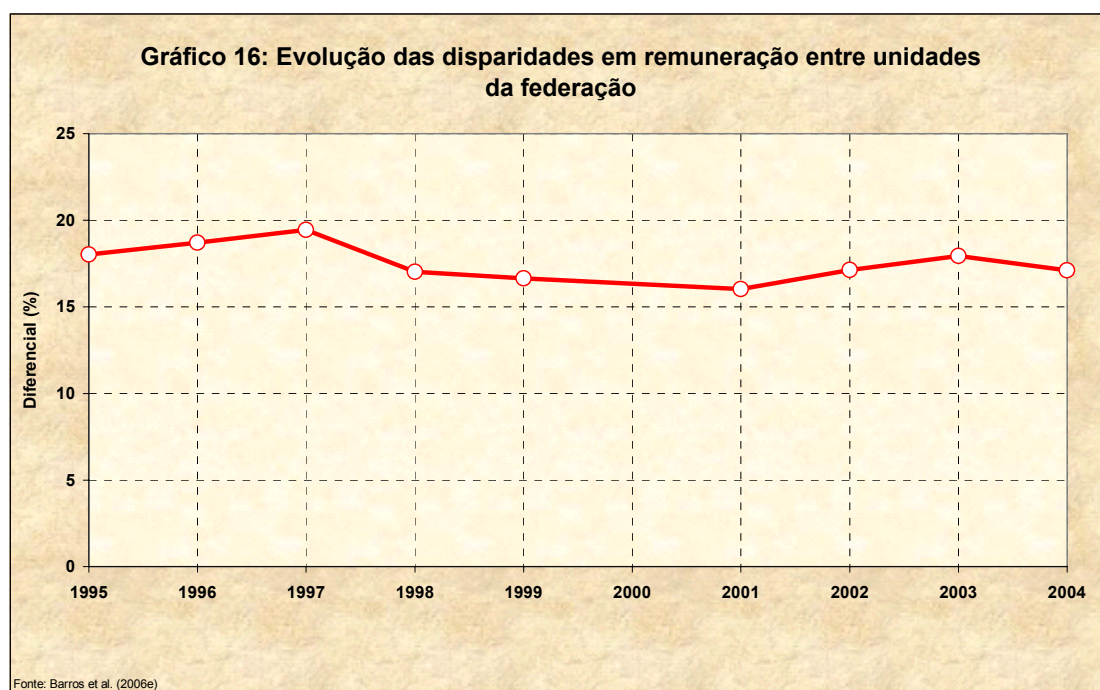
90. Ver Barros *et al.* (2006e) e Ulyssea (2006). Para uma análise detalhada da evolução recente das disparidades por gênero, veja Lavinias e Nicoll (2006).

91. Ferreira, Leite e Litchfield (2006) e Ramos (2006) também encontram que os diferenciais por gênero pouco contribuíram para a queda de desigualdade no Brasil.

92. A partir de seu exercício de decomposição, Ramos (2006) encontra uma contribuição muito pequena do componente cor e que representa um pouco menos da metade da contribuição do componente gênero.

Primeiro, avaliamos a segmentação dos mercados de trabalho por unidades da federação. Quão distintas são, por exemplo, as remunerações de pernambucanos e paulistas com idênticas características produtivas? Em 2004, a remuneração dos paulistas era 60% maior que a dos pernambucanos com idênticas características produtivas e de inserção no mercado de trabalho.⁹³ Reduções nesses elevados diferenciais de remuneração entre unidades da federação representam uma fonte potencial de explicação para a queda recente da desigualdade de renda. Entretanto, conforme o gráfico 16 revela, ao longo da última década, os mercados de trabalho das diversas unidades da federação brasileira não se tornaram mais integrados e, dessa forma, não vêm contribuindo para a redução no grau de desigualdade de renda.

Em segundo lugar, numa mesma unidade da federação coexistem diversos mercados, muitas vezes pouco integrados. Tipicamente, a remuneração é maior nas capitais e menor nos municípios de pequeno porte no interior. Em 2004, a remuneração de trabalhadores nas regiões metropolitanas era quase 20% superior à de trabalhadores com características e ocupações similares nos pequenos municípios do interior.



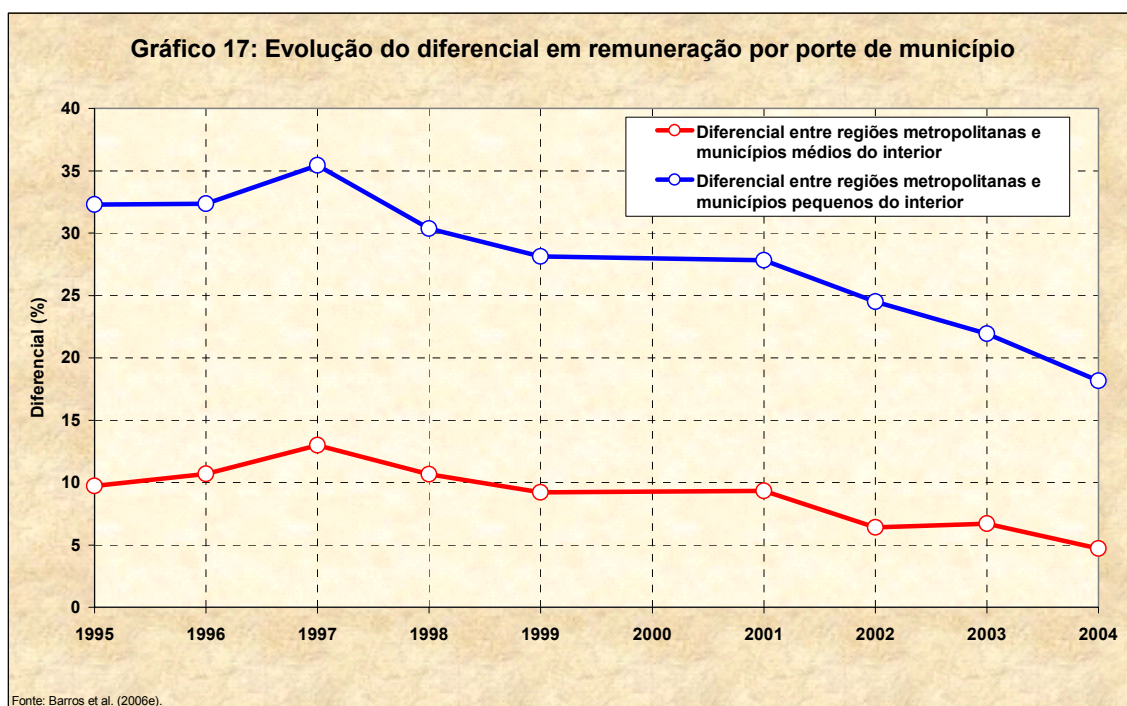
Conforme ilustra o gráfico 17, as disparidades entre capital e municípios médios do interior e também entre municípios médios e pequenos do interior declinaram acentuadamente entre 2001 e 2004.⁹⁴ Essa maior integração entre os mercados de trabalho dos municípios de grande, médio e pequeno porte contribuiu significativamente para a redução da desigualdade de renda. Caso essa maior integração não tivesse ocorrido, a queda da desigualdade em remuneração do trabalho teria sido 20% inferior e a queda da desigualdade em renda familiar *per capita*, 10% menor que a verificada.⁹⁵

93. Ver Barros *et al.* (2006e).

94. Ver também Rocha, Ulyseia e Szerman (2006) e Ulyseia (2006).

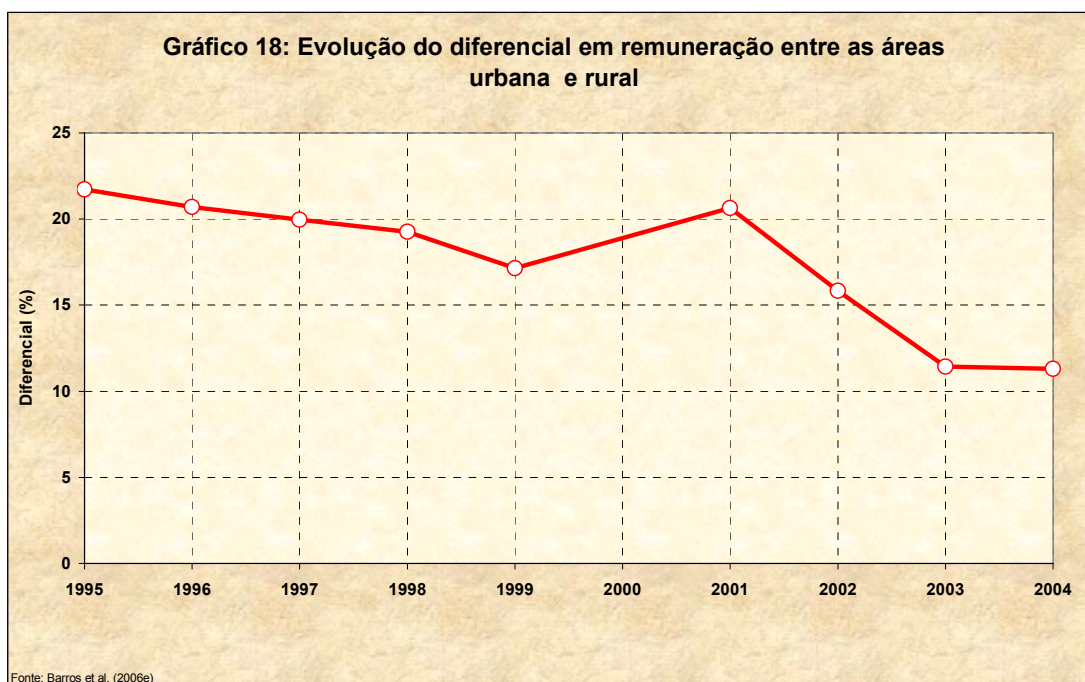
95. Ver Barros *et al.* (2006e). Ulyseia (2006) apresenta resultados semelhantes.

O gráfico 17 revela também que essa crescente integração entre capital e interior não é um fenômeno recente. Já vem ocorrendo pelo menos desde o Plano Real e, portanto, tem sido um dos fatores a contribuir para a contínua queda da desigualdade em remuneração do trabalho. Contudo, vale destacar que, enquanto a segmentação entre municípios médios do interior e regiões metropolitanas tem se reduzido praticamente à mesma velocidade nos últimos 10 anos, as desvantagens dos pequenos municípios do interior declinaram mais rápido nos últimos 3 anos e, portanto, contribuíram para explicar a aceleração na queda da desigualdade de remuneração do trabalho entre 2001-2004.



Por fim, mesmo dentro de um dado município, persistem disparidades espaciais em remuneração entre trabalhadores com idênticas características produtivas. As mais notórias são as existentes entre as áreas urbanas e rurais. Em 2004, trabalhadores urbanos recebiam remuneração quase 10% acima dos trabalhadores rurais com idênticas características observáveis em postos de trabalho similares. Ao longo da última década, mas principalmente desde 2001, o grau de integração entre os mercados de trabalho urbano e rural se elevou significativamente, reduzindo o diferencial de remuneração entre as duas áreas (ver gráfico 18). Essa maior integração contribuiu para as reduções tanto da desigualdade no rendimento do trabalho como da desigualdade em renda familiar *per capita*, embora de forma limitada. Se esse processo de integração não tivesse ocorrido, a queda da desigualdade em renda familiar *per capita* teria sido 5% menor.⁹⁶

96. Ver Barros *et al.* (2006e).



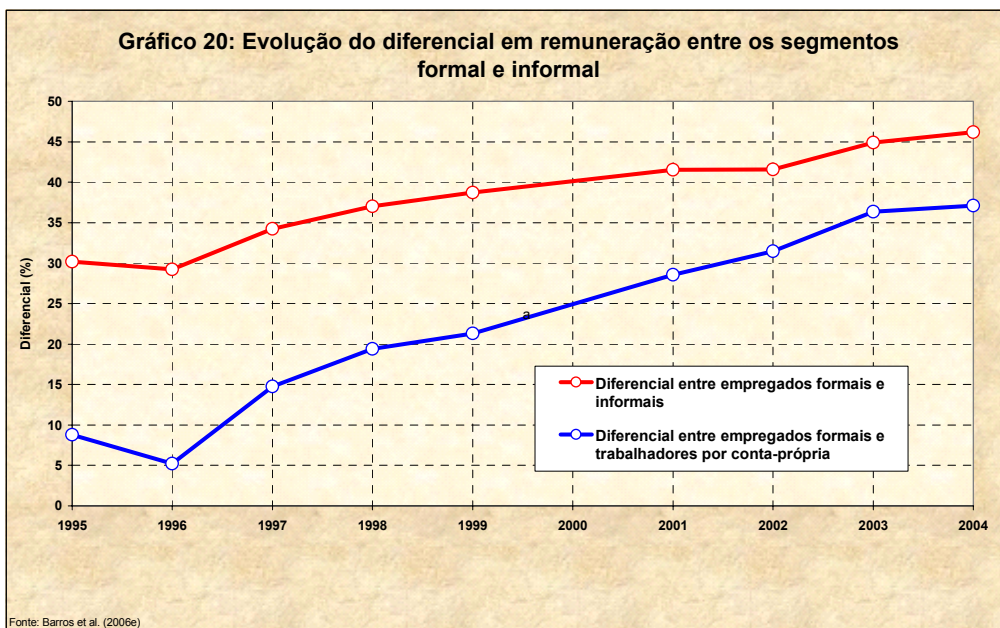
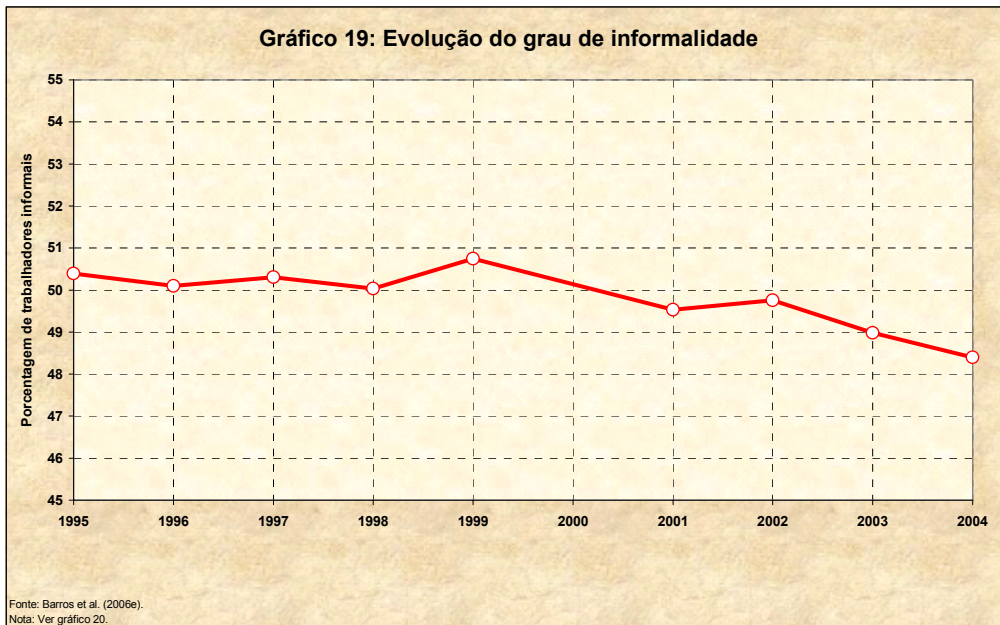
5.11 SEGMENTAÇÃO FORMAL-INFORMAL

Uma das formas de segmentação mais visíveis da economia brasileira é a existente entre os segmentos formal e informal. Tipicamente, trabalhadores informais recebem remunerações 30% a 40% inferiores às de trabalhadores formais com as mesmas características produtivas.⁹⁷ Apesar do declínio do grau de informalidade do mercado de trabalho (ver gráfico 19), o diferencial de remuneração entre os trabalhadores formais e informais aumentou significativamente (ver gráfico 20).

A redução no grau de informalidade tem contribuído para reduzir a desigualdade de remuneração entre trabalhadores e a desigualdade de renda entre famílias, mas o aumento no diferencial de remuneração entre trabalhadores formais e informais tem agido na direção contrária. O aumento no grau de segmentação tem dominado a redução do grau de informalidade, levando a que, em conjunto, essas duas forças venham contribuindo para um aumento e não para uma queda do grau de desigualdade. Caso o grau de segmentação entre os setores formal e informal não tivesse aumentado ao longo dos últimos anos, a queda da desigualdade de renda entre famílias teria sido 5% maior do que aquela que efetivamente ocorreu.⁹⁸

97. Trabalhadores informais são aqueles que declararam na Pnad serem empregados sem carteira ou trabalhadores por conta própria. Trabalhadores formais são aqueles que declararam na Pnad serem empregados com carteira ou funcionários públicos.

98. Ver Barros *et al.* (2006e). O mesmo resultado é encontrado por Ulyseia (2006).



5.12 SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

O objetivo desta seção foi identificar as causas imediatas da significativa queda da desigualdade de renda brasileira observada no período 2001-2004. Em particular, nos concentramos na análise de cinco fatores: *a*) as transformações demográficas; *b*) as mudanças na rede de proteção social, que inclui tanto as transferências públicas como as privadas; *c*) a criação de novos postos de trabalho; *d*) a redução nas desigualdades educacionais; e *e*) a maior integração do mercado de trabalho. Um resumo dos resultados obtidos encontra-se no diagrama 2.

Ao longo da última década, as disparidades demográficas declinaram continuamente, contribuindo para reduzir a desigualdade de renda familiar *per capita*, embora sua contribuição tenha sido modesta para a acentuada queda no período 2001-2004. O aumento da taxa de participação e a queda da taxa de desemprego recentes também contribuíram em alguma medida para a queda da desigualdade. Os fatores de maior importância, entretanto, são aqueles associados às mudanças nas transferências governamentais e na distribuição da renda do trabalho.

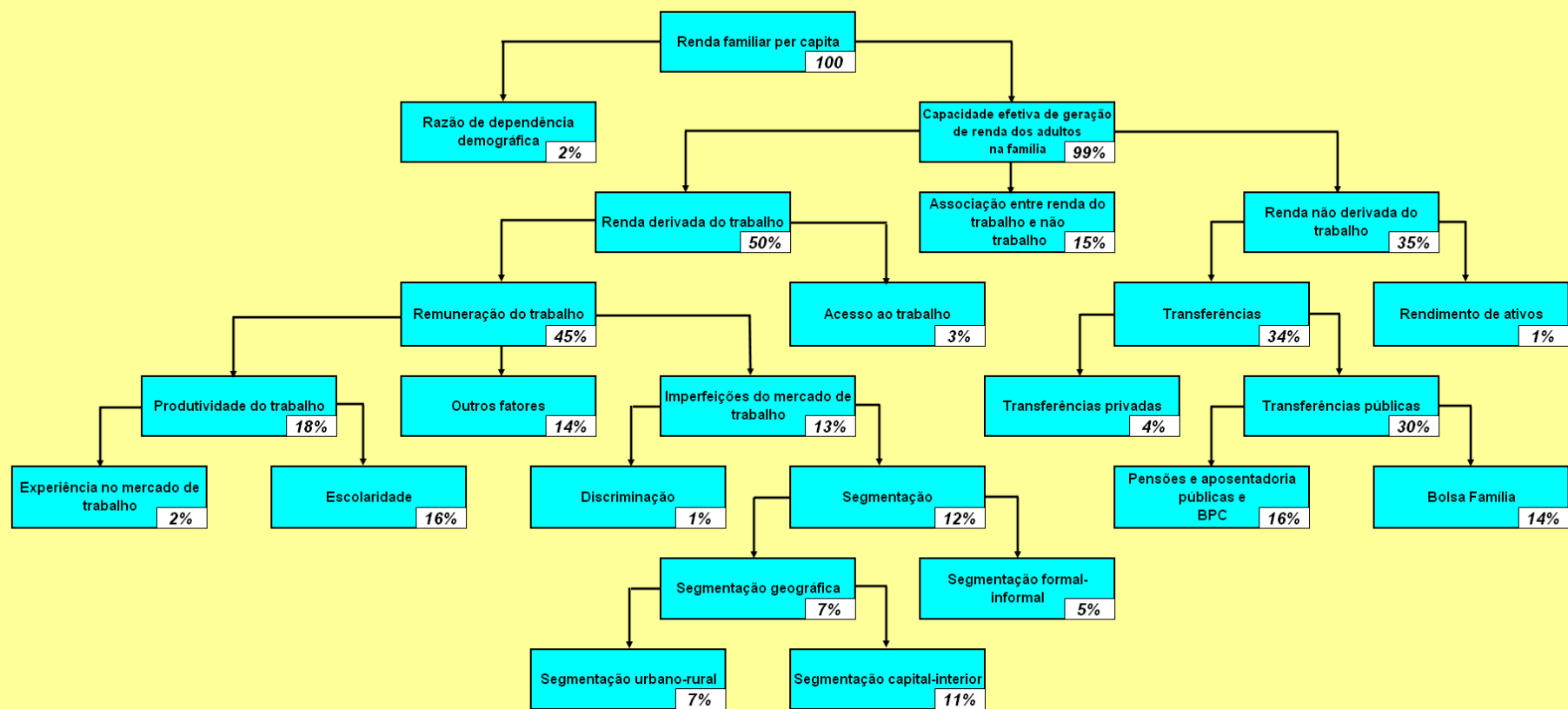
Entre 2001 e 2004, as transferências governamentais se expandiram consideravelmente. No caso das aposentadorias e pensões públicas, não houve melhoria significativa do grau de atendimento da população mais carente, estando boa parte da expansão concentrada em aumento do piso dos benefícios. Já o BPC e o programa Bolsa Família e similares aumentaram seus graus de cobertura e concentraram o atendimento na população mais carente. As pensões e aposentadorias públicas, o Bolsa Família e o BPC apresentaram similar contribuição para reduzir a desigualdade de renda entre 2001 e 2004: utilizando o coeficiente de Gini como medida de desigualdade, é possível mostrar que cada componente foi responsável por cerca de 10% da queda observada. Utilizando medidas mais sensíveis à renda dos pobres, a contribuição do conjunto aumenta, em particular a do Bolsa Família.

Reduções na desigualdade em renda do trabalho também desempenharam um papel fundamental. De fato, entre 2001 e 2004, a desigualdade de rendimentos do trabalho se reduziu, contribuindo com metade da queda da desigualdade de renda familiar. Embora a redução na desigualdade de rendimentos do trabalho venha ocorrendo sistematicamente desde o Plano Real, esse processo se intensificou no período recente.

Um dos principais fatores que está por trás dessa queda da desigualdade de rendimentos do trabalho é a redução nos diferenciais de remuneração por nível educacional, que também data de pelo menos 1995 e se intensificou entre 2001 e 2004. Antes de 2001, seus efeitos não eram tão visíveis porque o crescimento da desigualdade educacional na força de trabalho os anulava. Cerca de 15% da queda recente da desigualdade de renda das famílias deve-se à redução desses diferenciais em educação.

O segundo fator que explica a queda da desigualdade de rendimentos é a redução no grau de segmentação espacial do mercado de trabalho, em particular a segmentação entre capitais e municípios do interior. Essa crescente integração do mercado de trabalho também vem operando desde 1995 e se acentuou no período recente. A contribuição desse fator para a queda da desigualdade de renda entre as famílias entre 2001 e 2004 foi também de cerca de 10%.

Diagrama 2: Determinantes imediatos da queda no grau de desigualdade na renda familiar per capita



Fonte: Barros et al. (2006a, b e e)

6 RUMOS PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA MAIS EFETIVA NO COMBATE À DESIGUALDADE

A evidência empírica apresentada neste relatório é contundente: a desigualdade de renda familiar no Brasil tem declinado desde 2001 de forma acentuada e contínua. Como consequência, reduziram-se a pobreza e a extrema pobreza.

Conforme se procurou demonstrar, essa queda não resultou de um único fator determinante, mas de uma ampla variedade deles. Alguns foram mais decisivos do que outros: o desenvolvimento de uma rede de proteção social mais efetiva, a maior integração dos mercados de trabalho e as melhorias na qualificação da força de trabalho foram os fatores que mais se destacaram.

A multiplicidade de determinantes por trás da queda recente da desigualdade de renda no país pode ser considerada um indicador de sustentabilidade. Sem dúvida, apesar da boa-nova, ainda temos uma das mais altas desigualdades de renda do mundo. Assim, essa importante conquista é apenas o primeiro passo de um longo processo de redução na desigualdade pelo qual o Brasil precisa passar até se alinhar à realidade dos países que hoje têm o mesmo grau de desenvolvimento.

Como podemos influenciar esse processo de redução na desigualdade de forma a garantir sua continuidade? De fato, sendo esse o resultado de múltiplas interações sociais, as decisões e ações de todos os atores da sociedade, estejam elas voltadas ou não para o objetivo de reduzir a desigualdade, têm efeito sobre o que vai acontecer. Além disso, fatores externos, como flutuações da economia mundial ou de outra natureza, afetam a evolução da desigualdade.

De qualquer forma, as políticas públicas têm um papel central e merecem nossa atenção especial. Em parte porque são o instrumento coletivo por excelência para a busca de maior igualdade. Mas também porque, ao serem implementadas, influenciam o comportamento e as ações dos diversos atores sociais.

Embora recomendações de políticas específicas exijam um conhecimento mais detalhado do que o apresentado na seção anterior acerca dos determinantes do nível e da queda recente da desigualdade no Brasil (veja encarte 3), alguns importantes parâmetros sobre que rumos seguir podem ser delineados a partir dos resultados aqui apresentados. Uma política ampla de combate à desigualdade de renda deve necessariamente atuar ao menos em quatro frentes: *a)* equalizar as oportunidades para a *aquisição de capacidades*; *b)* equalizar as oportunidades para o uso *produtivo das capacidades adquiridas* (que se faz sentir principalmente pelo *acesso ao trabalho*); *c)* reduzir a *desigualdade de tratamento* dos trabalhadores no mercado de trabalho; e *d)* trabalhar para tornar o *sistema tributário* e o *gasto público* mais *eficientes e progressivos*. Acima de tudo, entretanto, deve-se ressaltar que a desigualdade tende a responder apenas lentamente e por vezes de forma defasada, portanto, a continuidade das políticas públicas é chave para o seu sucesso.

6.1 EQUALIZANDO AS OPORTUNIDADES PARA ADQUIRIR CAPACIDADES

Como a maior parte da renda das famílias vem do trabalho, reduzir os diferenciais de remuneração entre trabalhadores sempre será central para o combate à desigualdade de renda.

Conforme mencionado na seção 5, os diferenciais de remuneração, por sua vez, estão intimamente relacionados aos diferenciais de qualificação entre trabalhadores. Exatamente porque existem grandes diferenças de qualificação entre os trabalhadores, existirão grandes diferenciais de remuneração entre eles. Assim, para reduzir a desigualdade é preciso aumentar a qualificação de quem tem pouca, por meio da expansão do acesso à educação formal ou à qualificação profissional.

Ampliar o acesso dos trabalhadores à educação afeta direta e indiretamente a desigualdade de renda. Por um lado, maiores oportunidades educacionais elevam diretamente a escolaridade média dos mais pobres e com isso, reduz-se a desigualdade em escolaridade da força de trabalho. Com trabalhadores educacionalmente mais homogêneos, menor deverá ser a desigualdade de remuneração. Por outro lado, com uma oferta maior de mão-de-obra qualificada, o prêmio por qualificação tende a diminuir e, assim, também se reduz a desigualdade de remuneração.

Por fim, vale ressaltar que a expansão educacional somente será efetiva no combate à desigualdade de renda se duas ações complementares forem levadas adiante. A primeira delas é o desenvolvimento de um programa de bolsas de estudo, capaz de garantir aos mais pobres condições para permanecer na escola. A segunda diz respeito aos investimentos públicos em qualidade, pois, na ausência deles, a desigualdade em anos de estudo seria simplesmente substituída pela desigualdade em qualidade da educação.

6.2 EQUALIZANDO AS OPORTUNIDADES PARA UTILIZAR PRODUTIVAMENTE AS CAPACIDADES

Os benefícios da alta escolaridade não poderão se fazer sentir plenamente caso as pessoas não tenham um trabalho, uma vez que ele representa uma das grandes oportunidades para utilizar as capacidades adquiridas produtivamente.

Muitas vezes, a desigualdade em acesso ao trabalho afeta a desigualdade de renda mais intensamente do que as próprias diferenças de remuneração entre os ocupados. Portanto, reduzir a desigualdade de renda de forma sustentável requer expandir o emprego.

Mais uma vez é preciso atentar para a qualidade. Se os postos de trabalho criados forem precários, simplesmente se substituirá desigualdade em acesso ao trabalho por desigualdade em qualidade do trabalho. Para evitar essa perversa troca, é preciso expandir os bons empregos e reduzir as disparidades em qualidade existentes por regiões, capital e interior, ramos de atividade, além daquelas entre os setores formal e informal. Maior flexibilidade, menor custo do trabalho e crescimento econômico têm papel importante para estimular a demanda por trabalho. A melhoria da qualidade dos postos de trabalho depende do progresso tecnológico, que, para reduzir as disparidades, deveria também privilegiar os setores mais tradicionais e as empresas de menor porte.

Diversas políticas públicas podem atuar sobre a redução da heterogeneidade dos postos de trabalho. Os piores postos tendem a estar no setor informal ou em empresas de pequeno

porte e são cronicamente afetados por falta de acesso a serviços produtivos básicos, tais como crédito, assistência técnica, apoio à comercialização, entre outros. Dessa forma, ações voltadas para facilitar o acesso integrado das pequenas empresas e dos trabalhadores por conta própria a esses serviços podem ser de grande valia. Nessa linha de intervenção, destacam-se os arranjos produtivos locais e o adensamento das cadeias produtivas.

6.3 IGUALDADE DE TRATAMENTO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Talvez as formas mais injustas de desigualdade sejam aquelas geradas pelo mercado de trabalho. Quando trabalhadores igualmente qualificados são tratados de forma diferenciada em virtude de raça, gênero, religião, local de residência ou qualquer outra característica, dizemos que o mercado de trabalho está gerando desigualdades. A discriminação é o tratamento desigual dado a trabalhadores igualmente produtivos no mesmo segmento do mercado de trabalho.

Políticas públicas e transformações na legislação que busquem assegurar igualdade de tratamento no mercado de trabalho são indispensáveis para a queda sustentada do grau de desigualdade de renda brasileiro. A necessidade do cumprimento estrito de toda legislação antidiscriminatória é indiscutível.

6.4 A PROGRESSIVIDADE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO E DO GASTO PÚBLICO

A renda disponível de uma família é dada pela soma de toda a sua renda bruta menos os impostos pagos. A renda bruta, por sua vez, tem como fontes: o trabalho, os ativos, além de transferências e benefícios garantidos pelo governo.

Tanto a arrecadação como a distribuição do gasto público modificam a distribuição de renda. Quanto mais o gasto público beneficiar prioritariamente os pobres e quanto mais os impostos incidirem sobre os ricos, menor será o grau de desigualdade de renda.

No Brasil, nem os gastos públicos beneficiam prioritariamente os mais pobres nem os impostos incidem proporcionalmente mais sobre os mais ricos. Isso significa que o país acaba utilizando de forma limitada esses dois instrumentos para reduzir a desigualdade de renda. Esse quadro também precisa mudar. É possível tornar o sistema tributário brasileiro simultaneamente mais eficiente e mais progressivo, o que permitiria atuar sobre a redução na desigualdade com maior sucesso sem qualquer aumento na carga. E pelo lado do gasto público, é fundamental elevar sua eficiência, eficácia e aumentar a prioridade no atendimento aos mais pobres. O aumento da eficiência do gasto público permitirá expandir a disponibilidade de serviços ou melhorar sua qualidade, contando com os mesmos recursos já disponíveis. Já a maior eficácia elevará o impacto desses serviços sobre o bem-estar da população atendida. A prioridade aos mais pobres permitirá alcançar quedas mais acentuadas nos níveis de pobreza e desigualdade. Vale, contudo, ressaltar que priorizar os mais pobres não significa apenas garantir a eles acesso prioritário aos programas sociais já existentes. Mais do que isso, requer que o desenho dos programas sociais esteja realmente adaptado às necessidades reais desse público.

Por fim, vale enfatizar que promover a igualdade de oportunidades e de condições não é a única responsabilidade do Estado no combate à desigualdade. De fato, mesmo quando o poder público é bem-sucedido em garantir oportunidades e condições a todos, o grau de desigualdade de resultados finalmente gerado pode ser inaceitável para a sociedade. Dessa

forma, parte do gasto social deve ser voltado para interferir diretamente sobre a desigualdade de resultados através de um sistema de transferências que privilegie os mais pobres. Esse sistema de transferências constitui o que se convencionou chamar de rede de proteção social. No Brasil, é preciso atenção especial à melhoria na rede de proteção social. Além de mais eficiente, eficaz e direcionada para os mais pobres, esta precisa trazer consigo uma porta de saída para evitar a dependência. Uma maneira de garantir a saída dos beneficiários é garantir a eles acesso prioritário a um amplo conjunto de programas que potencialize e estimule o seu engajamento produtivo.

ENCARTE 3: Ampliando nosso conhecimento sobre desigualdade de renda: algumas sugestões

Ao longo das últimas quatro décadas, a pesquisa sobre desigualdade de renda no Brasil foi intensa, o que permitiu ampliar o nosso conhecimento sobre as mais importantes dimensões deste fenômeno. No entanto, diversas lacunas ainda precisam ser preenchidas para que possamos aprimorar a mensuração da desigualdade e entender melhor seus determinantes. A seguir, apresentamos de forma bastante sucinta alguns temas que acreditamos que deveriam ser objeto de um significativo esforço de investigação no futuro próximo.

Mensuração: Embora o Brasil já tenha avançado bastante no que tange a mensuração da renda das famílias, ainda é preciso avançar em algumas frentes. Como explica a terceira seção deste relatório, há um consenso entre os estudiosos de que existe uma subestimação tanto das rendas não monetárias quanto dos rendimentos de ativos das famílias. Como essas fontes de renda tendem a estar distribuídas de forma não aleatória entre as famílias, a subestimação de seus valores pode ter conseqüências importantes sobre a mensuração da real desigualdade de renda. Portanto, essa é uma área crucial na agenda de pesquisa sobre a desigualdade no Brasil. Uma primeira iniciativa nessa direção seria criar uma linha de pesquisa que explorasse as diversas fontes de informações já existentes, tais como as Pnads, as POFs e o Sistema de Contas Nacionais. Isso permitiria fazer um diagnóstico mais amplo das lacunas existentes e desenvolver metodologias que aprimorassem a mensuração do real nível de desigualdade de renda entre as famílias brasileiras.

Determinantes: Vimos ao longo deste relatório que a queda recente da desigualdade de renda esteve associada a um conjunto de fatores que foram denominados determinantes imediatos. Não obstante, existem outros fatores que operam como forças motrizes destes determinantes imediatos, que podemos denominar de determinantes primários. Por exemplo, a maior integração espacial dos mercados de trabalho locais pode ter sido causada por uma combinação de determinantes primários, tais como mudanças na localização espacial da indústria brasileira, aumentos de produtividade na agricultura e variações na taxa de câmbio. Um segundo exemplo é a queda na desigualdade de renda associada a reduções nas disparidades educacionais na força de trabalho, que pode ter ocorrido tanto como conseqüência de políticas educacionais quanto de mudanças tecnológicas. Portanto, a investigação dos mecanismos que estão por trás dos determinantes imediatos é fundamental para que possamos tirar conclusões de política mais específicas. Assim, uma parte importante da agenda futura de pesquisa sobre desigualdade no Brasil deve envolver a investigação de quais são esses determinantes primários e como eles operam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA REIS, J.G., BARROS, R.; *Wage inequality and the distribution of education*. Journal of Development Economics, vol. 36, 1991, p. 117-43.

AZEVEDO, J.P.; FOGUEL, M.; *Desigualdade da renda do trabalho no Brasil: um exercício usando regressões quantílicas*. In: Seminário “Resultados sobre a queda recente na desigualdade de renda brasileira com foco em mercado de trabalho”, 2006, Rio de Janeiro.

AZEVEDO, J.P.; FOGUEL, M. *Uma decomposição da desigualdade nos rendimentos do trabalho*. In: Seminário “Resultados sobre a queda recente na desigualdade de renda brasileira com foco em mercado de trabalho”, 2006, Rio de Janeiro.

BALSADI, O. *Qualidade do emprego na agropecuária brasileira no período 2001-2004*. In: Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006, p. 245 – 282.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *América Latina frente a la desigualdad: Progreso Economico y Social en America latina*. Informe 1998-1999. Washington D.C.: BID, 1998.

BANCO MUNDIAL. *World Development Report 2006: Equity and Development*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005.

------. *Inequality and Economic Development in Brazil*. Washington D. C: Policy Report n. 24487-BR, 2003.

BARBOSA, F.; PESSOA, S. *Retornos da Educação no Brasil*. In: Seminário “Resultados sobre a queda recente na desigualdade de renda brasileira”, 2006, Rio de Janeiro.

BARROS, R.; MENDONÇA, R. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. In: IPEA, Economia brasileira em perspectiva. Rio de Janeiro: IPEA, 1996, p. 421 – 474.

------. *Geração e reprodução da desigualdade de renda no Brasil*. In: IPEA, perspectivas da economia brasileira- 1994. Rio de Janeiro: IPEA, 1993, p. 471 – 490.

BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil* in: HENRIQUES, R. (org.) *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p.21 – 48.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; *Determinantes da desigualdade de renda no Brasil*, 2004 (mimeo).

------. *Determinantes da queda recente no grau de desigualdade de renda no Brasil*. In: Oficina “Avaliação do Impacto do Programa Bolsa Família sobre a redução da pobreza, 2006, Brasília.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. *Acesso ao trabalho e produtividade no Brasil: implicações para o crescimento, pobreza e desigualdade*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

----- *Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira*. *Econômica: revista do programa de Pós-Graduação em Economia da UFF*, v.8, n1, 2006a, p. 117-147.

----- *Conseqüências e causas imediatas da queda recente na desigualdade de renda brasileira*. In: *Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004)*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006b, p. 89 – 119.

----- *Notas sobre a recente queda da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006c.(mimeo)

----- *Abrindo a contribuição da renda de juros e outros rendimentos para explicar a queda de desigualdade entre 2001 e 2004*. In: Seminário “Resultados sobre a queda recente na desigualdade de renda brasileira”, 2006d, Rio de Janeiro.

----- *Determinantes imediatos da queda na desigualdade no Brasil: educação, segmentação e discriminação no mercado de trabalho*. In: Seminário “Resultados sobre a queda recente na desigualdade de renda brasileira com foco em mercado de trabalho”, 2006e, Rio de Janeiro.

BARROS, R.; CURY, S; ULYSSEA, G. *Uma análise comparativa dos dados de renda familiar da POF, Pnad e Contas Nacionais*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (mimeo)

BORGES, A. *Desemprego e precarização em Regiões Metropolitanas: um olhar a partir das famílias*. In: *Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004)*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006, p. 145 - 168.

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F.; LUSTIG, N. *The microeconomics of the income distribution dynamics in east Asia and Latin America*. Banco Mundial/ PUC-RJ, 2001. (mimeo)

BOURGUIGNON, F. *Comentários acerca do relatório “Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil”*, 2006. (mimeo).

BRITO, F. R.; CARVALHO, J. A. *As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes*. In: *Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004)*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006, p. 441 – 455.

CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. *Aposentadoria, pressão salarial e desemprego por nível de qualificação*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005 (Texto para discussão, n. 1115).

CUNHA, J. M. *A Migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004*. In: *Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a*

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006, p. 381 - 440.

CURY, S.; LEME, M.C.; PEDROSO, E. *Transfer income programs in a general equilibrium model*. In: Seminário “Resultados sobre a queda recente na desigualdade de renda brasileira”, 2006, Rio de Janeiro.

DE FERRANTI, D.; PERRY, G.; FERREIRA, F.; WALTON, M. *Inequality in Latin America and the Caribbean: Breaking with History?* Washington D.C: Banco Mundial, 2004.

DEL GROSSI, M.; DA SILVA, J. G. *Mudanças recentes no mercado de trabalho rural*. In: Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006, p. 201 – 216.

DEDECCA, C.; ROSANDISKI, E. *Recuperação econômica e a geração de empregos formais*. In: Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006, p. 169 – 190.

DEININGER, K.; SQUIRE, L. *A new data set measuring income inequality*. The World Bank Economic Review, v.10, 1996.

FERNANDES, R.; MENEZES-FILHO, N. *A evolução da desigualdade de rendimentos no Brasil metropolitano entre 1983 e 1997*, Estudos Econômicos, vol. 30, 2000, p. 549-69.

FERREIRA, F.; LEITE, P.; LITCHFIELD, J. *The rise and fall of Brazilian Inequality: 1981 – 2004*. Policy Research Working Paper n° 3867, Washington D. C.: Banco Mundial, 2006.

FISHLOW, A. *Brazilian size distribution of income*. American Economic Review, v. 62, n. 2, 1972.

FIRPO, S.; REIS, M. *O salário mínimo e a redução da desigualdade nos rendimentos do trabalho principal: 2001-2004*. In: Seminário “Resultados sobre a queda recente na desigualdade de renda brasileira com foco em mercado de trabalho”, 2006, Rio de Janeiro.

HAKKERT, R.; MARTINE, G. *Tendências recentes no Brasil: as evidências da PNAD 2004*. In: Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006, p. 347 – 380.

HECKMAN, J. *Comments on “Income Inequality in Brazil”*, 2006. (mimeo)

HENRIQUES, R. (org.) *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HERRÁN, C. A.; *Reduzindo a pobreza e a desigualdade no Brasil*. Brasília: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição da renda no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, v. 12, n. 2, 1972, p. 46-66.

HOFFMANN, R. *Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e 5 regiões entre 1997 e 2004*. 2006a (mimeo).

------. *Brasil, 2004: Menos pobres e menos ricos*. In: Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006b, p. 77 – 88.

IPEADATA: <http://intranet.ipea.gov.br/index.php?id=1.2.9>

IBGE. Sistema de contas Nacionais. 2003. Disponível em www.ibge.gov.br

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. *Linkages between Pro-Poor Growth, Social Programmes and Labour Market: The Recent Brazilian Experience*. Brasil: Working Paper, n. 26, PNUD, 2006a.

------. *Linkages between Pro-Poor Growth, Social Programmes and Labour Market: The Recent Brazilian Experience*. In: Seminário “Resultados sobre a queda recente na desigualdade de renda brasileira”, 2006b, Rio de Janeiro.

LANGONI, C. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. *Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas*. In: Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006, p. 39 – 76.

LEAL, C.; WERLANG, S. Educação e distribuição de renda. In: CAMARGO, J.M.; GIAMBIAGI, F. (org). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEMOS, M. *Metropolização e desenvolvimento regional no Brasil: tendências recentes a partir da PNAD*. In: Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006, p. 191 – 200.

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R.; SOARES, S.; VERAS, F. *Programas de Transferências de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade e a pobreza*. 2006a (mimeo).

------. *Programas de Transferências de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade e a pobreza*. In: Seminário “Resultados sobre a queda recente na desigualdade de renda brasileira”, 2006b, Rio de Janeiro.

MENEZES-FILHO, N. The evolution of education and its impact on the Brazilian labor market. Instituto Futuro Brasil, 2001a. Disponível em: <http://www.ifb.com.br/estudos.asp>

------. Educação e desigualdade. In: LISBOA, M.; MENEZES-FILHO, N. (Org.). *Microeconomia e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa / FGV, 2001b, p. 13 – 50.

------. *Educação e a Queda da Desigualdade no Brasil*. In: Seminário “Resultados sobre a queda recente na desigualdade de renda brasileira”, 2006, Rio de Janeiro.

MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. *Rising Human Capital but Constant inequality: The Education composition effect in Brazil*, 2003 (mimeo).

NASCIMENTO, C. *Aspectos da agricultura familiar regional: Nordeste e Sul (1996-1999 e 2001-2004)*. In: Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006, p. 317 – 346.

NEDES, H. *Indicadores sociais no Brasil: uma análise de sua evolução em período recente*. In: Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006, p. 283 – 316.

PNUD: World Income Inequality Database 2005 (WIID). Disponível em: <http://www.wider.unu.edu/wiid/wiid-introduction.htm>

PNUD: *Human Development Report 2005 International cooperation at a crossroads: Aid, trade and security in an unequal world*. Nova Iorque, 2005.

POCHMANN, M. *Mercado de trabalho: o que há de novo no Brasil?* In: Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006, p. 121 – 144.

RAMOS, L. *Desigualdade de rendimentos do trabalho: 1995 – 2004*. In: Seminário “Resultados sobre a queda recente na desigualdade de renda brasileira com foco em mercado de trabalho”, 2006, Rio de Janeiro.

ROCHA, S. *Alguns aspectos relativos à evolução 2003-2004 da pobreza e da indigência no Brasil*. In: Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006, p. 11 – 38.

ROCHA, R.; ULYSSEA, G.; SZERMAN, D. *Desigualdade entre municípios a partir da RAIS 2001 e 2004*. In: Seminário “Resultados sobre a queda recente na desigualdade de renda brasileira com foco no mercado de trabalho”, 2006, Rio de Janeiro.

ROCHA, S. *Contribuições à comissão de estudos sobre desigualdade de renda no Brasil*. In: Seminário “Resultados sobre a queda recente na desigualdade de renda brasileira”, 2006, Rio de Janeiro.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste*. In: Parcerias Estratégicas - Edição especial: Análise sobre a

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n 22, 2006, p. 216 – 244.

SIMONSEN, M. *Brasil 2002*. Rio de Janeiro: APEC/Bloch, 1972.

SOARES, S. *Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período de 2001 a 2004*. Brasília: IPEA, 2006 (Texto para discussão, n. 1166).

TOURINHO, O.; COSTA DA SILVA, N.; ALVES, Y. *Uma matriz de contabilidade social para o Brasil em 2003*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (mimeo).

ULYSSEA, G. *Desigualdade de renda do trabalho: alguns fatos estilizados*. In: Seminário “Resultados sobre a queda recente na desigualdade de renda brasileira com foco em mercado de trabalho”, 2006, Rio de Janeiro.